

CARMEN RITA GUIMARÃES MARQUES DE LIMA

**MEIOS LINGÜÍSTICOS DE DISTRIBUIÇÃO DA ATENÇÃO:
UM ESTUDO SOCIOCOGNITIVO DA DÊIXIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística do Curso de Mestrado em Letras, Instituto de Ciências Humanas e de Letras, UFJF, sob orientação da Profa. Dra. Maria Margarida Martins Salomão.

Juiz de Fora / 2001

Exame de dissertação

LIMA, Carmen Rita Guimarães Marques de

**MEIOS LINGÜÍSTICOS DE DISTRIBUIÇÃO DA ATENÇÃO:
UM ESTUDO SOCIOCOGNITIVO DA DÊIXIS**

Dissertação de Mestrado em Letras (área de concentração: Linguística)

apresentada à UFJF, 2º. semestre de 2001.

(108 p.)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Margarida Martins Salomão (orientadora/UFJF)

Profa. Dra. Sônia Bittencourt Silveira (UFJF)

Profa. Dra. Maria da Graça Costa Val (UFMG)

Examinada a dissertação
em 13 de dezembro de 2001, Juiz de Fora, MG.

*Vem, farol tímido,
dizer-nos que o mundo
de fato é restrito,
cabe num olhar.*

Carlos Drummond de Andrade

A minha mãe e a meu pai que *orientaram minha*
atenção para o que há de mais valioso na vida.

A Daniel e Douglas que sempre *compartilharam*
comigo o que há de melhor em si mesmos.

AGRADECIMENTOS

À Professora Maria Margarida Martins Salomão pelo rigor teórico de sua orientação e pela compreensão nos momentos mais difíceis da caminhada.

A Neusa Salim por toda ajuda e incentivo.

Às amigas Lucilene Lima, Lucilene Hotz, Fernanda e Walkíria pelas enriquecedoras contribuições e, principalmente, porque não me deixaram caminhar sozinha.

Às amigas Queila, Cida Amorim e Andréa pelo carinho e atenção constantes.

Às amigas do Departamento de Letras e Artes do C. A. João XXIII Sandra, Begma, Lúcia Helena, Vera, Venise e Cristina Viana pela disponibilidade em ouvir e ajudar e, especialmente, a Terezinha Barroso, Rossana, Cristina Weitzel, Regina Salomão e Marilda pelo companheirismo nos momentos de maior desânimo.

A Aparecida pelo carinho com que cuidou da minha família nas minhas ausências.

A D. Leda e Sr. Douglas por tudo... sempre ...

SUMÁRIO

Resumo	ix
Abstract	x
Capítulo 1: Introdução	1
Capítulo 2: A hipótese sociocognitiva da linguagem	3
2.1- Sujeito cognitivo: da exclusão ao reconhecimento	3
2.2- O problema da significação lingüística	5
2.2.1- A escassez do significante	6
2.2.2- Domínios conceptuais estáveis	8
2.2.2.1- Modelos cognitivos idealizados	10
2.2.2.2- Molduras comunicativas	11
2.2.3- Domínios conceptuais locais	12
2.2.4- Projeções entre domínios conceptuais	15
Capítulo 3: Por uma concepção dinâmica de contexto comunicativo: dêixis e compartilhamento da atenção	17
3.1- O contexto na abordagem sociocognitiva da linguagem	17
3.1.1- A relação entre contexto e linguagem	18

3.1.2- O contexto como co-produção dos participantes	21
3.2- O fenômeno da atenção compartilhada	30
3.2.1- Co-presença física e co-presença lingüística	30
3.2.2- O fenômeno sociocognitivo da transmissão cultural	32
3.2.3- Socialização da atenção e aprendizagem	36
3.2.4- Os processos de semiologização da atenção	41
3.3- A marcação lingüística da dêixis	44
3.3.1- A dinamicidade do contexto indexical	46
3.3.2- Tipos de uso das expressões dêíticas	52
3.3.3- Categorias da dêixis	54
3.3.4- Dêixis e focalização	60
3.3.5- Limites do tratamento tradicional dado ao estudo das expressões dêíticas	63
capítulo 4: Os processos da dêixis espacial no gerenciamento do fluxo atencional	69
4.1- O problema: focalização e enquadramento na cena comunicativa	69
4.1.1- Formas dêíticas: irradiação semântica e delimitação de escopo	71

4.2- Quadro hipotético	76
4.2.1- Hipótese geral	76
4.2.2- Hipóteses específicas	77
4.3 - O <i>corpus</i>	83
4.4- Especialização funcional dos dêiticos espaciais <i>aqui</i> e <i>aí</i> como operadores de focalização	84
4.4.1- Instanciação de objetos focais distintos em diferentes domínios	88
4.4.2 - Instanciação do mesmo objeto focal em diferentes domínios	91
Capítulo 5: Conclusão	103
Bibliografia	106

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo colaborar com os estudos dos meios lingüísticos utilizados nos processos de distribuição da atenção. Entre esses meios, nosso estudo focalizou as expressões dêiticas espaciais, que têm sido, tradicionalmente, tratadas como operadores de orientação atencional no contexto físico da ação lingüística. Entendemos, entretanto, que essas expressões são utilizadas como instrução verbal para orientar a atenção dos participantes no acesso a diferentes domínios cognitivos, sendo que o domínio relevado é localmente definido através de negociações que se processam no decorrer da interação.

ABSTRACT

This work aims at supporting the studies of the linguistic means used in the processes of attention distribution. Among these means, this study focuses on the spatial deitic expressions, which have been traditionally approached as operators to attention orientation, in the physical context of linguistic actions. In this work, however, these expressions are understood to be used as verbal instruction to guide the participants' attention on their access towards the cognitive domains. The focused domain, in this case, is locally defined through the negotiations that take place during the interaction.

1- Introdução

Este trabalho pertence aos estudos dos meios lingüísticos para a **distribuição da atenção** nas situações comunicativas canônicas. Entre esses meios, os operadores da **dêixis espacial** têm sido, tradicionalmente, tratados como o caso emblemático de orientação atencional no contexto físico da ação lingüística para, por exemplo, processar a referenciação.

Constitui, pois, esse campo fenomênico instância privilegiada para a testagem da hipótese geral de que **o acesso aos domínios cognitivos é centralmente sociogênico** e de que as restrições comunicativas locais sobre a semiose lingüística obedecem a princípios cognitivos gerais, válidos para todo tipo de processamento simbólico.

A hipótese sociocognitiva, que assumimos como matriz teórica, adota basicamente como lastro analítico duas correntes dos estudos da linguagem: a interacionista e a cognitivista. Nosso trabalho é, portanto, herdeiro das concepções teóricas presentes em SALOMÃO 1996, 1997 e 1999, onde se encontram os alicerces de nossa pesquisa; em GOODWIN & DURANTI 1992 e CLARK 1992 e 1996, autores que nos ajudaram a definir a concepção de contexto adotada neste trabalho, e em TOMASELLO 1999, KENDON 1992 e TALMY 1996, que subsidiam nossas reflexões sobre o fenômeno da distribuição da atenção.

Contamos, ainda, com os trabalhos de HANKS 1992, RUBBA 1996 e FILLMORE (1971) 1997 para procedermos à análise do comportamento das

expressões dêiticas e com FAUCONNIER 1994, 1997 e LAKOFF 1993 para desenvolver nossa discussão sobre os processos cognitivos da projeção.

Nosso trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo este o introdutório. No segundo capítulo, expomos as concepções de linguagem que nortearam nossas análises no que diz respeito aos processos de construção do significado. O terceiro capítulo é dedicado ao estudo dos autores que nos ajudaram a adotar uma concepção dinâmica e processual do contexto interativo bem como a desenvolver um conceito de compartilhamento da atenção que serve de subsídio para nossas hipóteses.

No quarto capítulo, encontram-se nossas hipóteses sobre as relações entre dêixis espacial e contexto comunicativo, sobre os processos de orientação atencional em que os participantes podem se engajar e sobre o uso local das expressões dêiticas como operadores de focalização. No quinto capítulo, apresentamos as considerações finais acerca do nosso trabalho de pesquisa.

Entendemos que este trabalho seja relevante não só por agregar fatos e percepções analíticas que exigem uma descrição muito mais abrangente e ambiciosa do fenômeno da dêixis em Português, mas também por subsidiar empiricamente as reivindicações teóricas em favor de um tratamento unificado das dimensões semânticas e pragmáticas da interação.

2- A hipótese sociocognitiva da linguagem

2.1- Sujeito cognitivo: da exclusão ao reconhecimento

A dicotomia existente nos estudos da linguagem entre a **exclusão do sujeito** e o reconhecimento de um **sujeito cognitivo ideal** serve como baliza para colocarmos em lados opostos duas importantes teorias que nortearam as investigações lingüísticas durante todo o século XX. Referimo-nos, respectivamente, ao **estruturalismo saussureano** e à **teoria gerativa de Chomsky**.

Ferdinand Saussure elege, como objeto de investigação, a língua (e não a fala), entendida como sistema “imune” à interferência do falante, uma vez que é *produto que o indivíduo registra passivamente*¹, ficando, assim, o falante e o ouvinte excluídos das análises lingüísticas. Chomsky, por outro lado, concebe a linguagem como uma capacidade cognitiva inata dos indivíduos, isto é, como material biologicamente herdado pelos seres humanos. Tal capacidade permitiria aos falantes a geração de um número virtualmente infinito de enunciações, a partir de um número finito de regras. No entanto, embora o chamado *compromisso cognitivista* (nos termos de SALOMÃO 1999: 10) tenha sido, assim, incorporado à pauta dos estudos da linguagem, o sujeito chomskyano é, ainda, um ser desvinculado do contexto sócio-histórico-cultural em que atua.

¹Através da dicotomia *langue/parole*, postulada por SAUSSURE (1995: 22), falante e ouvinte são excluídos das análises lingüísticas, uma vez que a língua, entendida enquanto sistema, teria sua existência garantida a despeito dos sujeitos que dela fazem uso.

Assim, se, por um lado, a exclusão do sujeito foi colocada em xeque pelo reconhecimento de que a linguagem não é produto de assimilação passiva pelos indivíduos, por outro, o reconhecimento de um sujeito, cuja capacidade cognitiva é entendida como determinação centralmente biológica, é insuficiente quando se coloca de lado a análise de unidades estruturais, bem como a investigação dos processos envolvidos na formação de seqüências gramaticais, para se eleger, como objeto preferencial de estudo, os processos envolvidos na produção e interpretação dos significados.

Considerado a partir desses dois enfoques, o cenário das investigações lingüísticas carecia de uma orientação teórica capaz de considerar de forma equilibrada a importância da forma lingüística e dos contextos que suscitam sua produção, reconhecendo nos sujeitos o papel de elemento central na produção e na interpretação da linguagem. É nesse sentido que vislumbramos a **hipótese sociocognitiva**² como moldura teórica alternativa à exclusão saussureana do sujeito e à exclusividade do sujeito chomskyano. De acordo com tal hipótese, a linguagem é concebida como *operadora da conceptualização socialmente localizada através da atuação de um sujeito cognitivo, em situação comunicativa real, que produz significados como construções mentais, a serem sancionadas no fluxo interativo* (SALOMÃO 1999: 12).

A hipótese sociocognitiva da linguagem, formulada por SALOMÃO 1997 e 1999 e presente em produções intelectuais recentes do *Grupo de Pesquisa Gramática e Cognição*³, é forjada com base em abordagens lingüísticas de

² O recorte teórico que propomos neste capítulo encontra-se em SALOMÃO 1997 e 1999. É, sobretudo, nesses textos que buscamos apoio e inspiração para as reflexões que pretendemos empreender ao longo deste trabalho.

³ O grupo *Gramática e Cognição*, coordenado pela Prof^a. Dra. Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), é constituído por pesquisadoras de diferentes instituições de ensino, a saber: Prof^a. Dra. Maria Lúcia Leitão de Almeida (UFRJ), Prof^a. Dra. Valéria Coelho Chiavegatto (UERJ), Prof^a. Dra. Lilian Vieira Ferrari (UFRJ) e Prof^a. Dra. Neusa Salim Miranda (UFJF).

orientação cognitiva (representadas por lingüistas, tais como Fauconnier, Fillmore, Lakoff e Sweetser) e por estudos sobre a interação verbal, empreendidos, especialmente, por sociólogos e antropólogos, tais como Goffman, Gumperz e Duranti.

2.2- O problema da significação lingüística

A análise que desenvolveremos no capítulo 4 deste trabalho apóia-se em três pontos que fundamentam uma concepção sociocognitiva da linguagem:

1º) O significado não está, intrinsecamente, embutido na forma, mas a pista lingüística é indispensável para a construção da significação do discurso verbal.

2º) A significação é *uma construção mental produzida pelos sujeitos cognitivos no curso de sua interação comunicativa* (SALOMÃO 1997: 26).

3º) O contexto se constitui na articulação das diversas semioses, lingüísticas, paralingüísticas e não-lingüísticas (esse ponto será desenvolvido no capítulo 3).

Em relação aos dois primeiros pontos destacados acima, apoiamo-nos em FAUCCONNIER 1984, 1994, que, no lugar de uma “visão ferroviária”⁴ da linguagem, apresenta-nos uma teoria em que a linguagem não é encarada como estrutura portadora do sentido, mas como instrução que o guia. Isto é, *a*

⁴ No prefácio da versão francesa do livro *Espaços Mentais* (FAUCCONNIER 1984), o autor refere-se a teorias “formais e sofisticadas”, que concebem, metaforicamente, as palavras como vagões que transportam as idéias e o sentido.

linguagem, por si só, não realiza a construção cognitiva – ela apenas nos dá pistas mínimas, mas suficientes, para encontrar os domínios e princípios apropriados a operar numa dada situação (FAUCONNIER 1994: xviii). Essa visão construcionista da linguagem e, conseqüentemente, da significação exclui a idéia, presente nas semânticas verificacionistas⁵, de que a linguagem expressa um universo que tanto pode ser o “mundo real” (na acepção aristotélica) ou um domínio simbólico de qualquer natureza (por exemplo, um domínio matemático). Muito pelo contrário, a linguagem suscita um “mundo” como representação, isto é, tal qual ele é apreendido, vivenciado, experienciado pelos sujeitos cognitivos. Dessa forma, *o conhecimento resulta da ação-do-sujeito no mundo, incluída aí a ação do sujeito sobre os outros sujeitos (experiência comunicativa)* (SALOMÃO 1999: 23).

2.2.1- A escassez do significante

O princípio da escassez do significante (nos termos de SALOMÃO 1997, 1999) nos ajuda a entender em que medida a forma lingüística – embora não carregue em si o significado – tem importância capital como desencadeadora dos processos cognitivos responsáveis pelo cálculo da significação. Não se trata, portanto, de afirmar que a forma lingüística não desempenha nenhum papel na construção do sentido – o que levaria o analista a uma situação totalmente insustentável, visto que é impossível fechar os olhos à força do signo verbal – mas de reconhecer que a expressão lingüística é mais

⁵ Leia-se, principalmente, FREGE, 1892 (1975) – que se nega a abordar a dimensão mental da significação, deixando, a exemplo de Saussure, o sujeito excluído do cálculo dos significados – e TARSKI (1975) para quem calcular o significado é saber sob que condições a sentença é verdadeira.

uma entre várias outras instruções semiológicas, mais comumente tratadas como informações contextuais.

A hipótese sociocognitiva advoga que o estudo da língua não pode ser, então, tratado isoladamente, uma vez que o significado é, na verdade, subdeterminado pelo significante. Dessa forma, indiscutivelmente, as pistas lingüísticas (sejam elas lexicais ou sintáticas) deverão sempre ser enriquecidas por outras instruções semiológicas, o que nos leva também a rechaçar as abordagens que tratam linguagem e contexto como entidades estanques (essa questão será desenvolvida no próximo capítulo).

Devemos levar em consideração, ainda, o fato de que as escolhas feitas pelos falantes (quer se trate de pista verbal ou de pistas contextuais concorrentes ou co-ocorrentes) revelam sempre a **adoção de uma perspectiva**, que o ouvinte deverá saber reconhecer para o sucesso da interação. É comum, por exemplo, que pessoas de grande intimidade, como pais e filhos, marido e mulher ou mesmo amigos que mantêm entre si relações estreitas, desenvolvam determinados códigos gestuais, mutuamente compartilhados, que lhes permitem, na presença de estranhos, comunicarem determinada intenção quando, na verdade, o código lingüístico sinalizaria uma outra bem diferente se desacompanhado do sinal gestual. Há ainda outras sinalizações gestuais e prosódicas que fazem parte do repertório de uma determinada cultura (e também outras que são, praticamente, universais), como, por exemplo, os movimentos da cabeça, indicando sim ou não; o dar de ombros; o franzir da testa, dentre tantas outras.

Tendo defendido que as expressões lingüísticas são pistas para a construção do sentido, devemos nos perguntar de que forma esse sinal lingüístico possibilita o acesso às bases de conhecimento indispensáveis para a

produção e interpretação do significado. Essa questão é assunto da próxima seção.

2.2.2- Domínios conceptuais estáveis

Conforme mencionamos na seção 2.2, uma das premissas teóricas em que nos baseamos é aquela segundo a qual **a significação é uma construção mental produzida pelos sujeitos**. Mas o que isso de fato quer dizer? Para respondermos a essa questão, recorreremos à noção de ESPAÇOS MENTAIS. Antes, porém, de defini-los, faz-se necessária a alusão a alguns elementos que estruturam tais espaços e que se configuram como bases de conhecimento indispensáveis a qualquer processamento de informação. Tais bases ou domínios conceptuais são tratados e nomeados de diferentes formas por vários teóricos da linguagem e áreas afins (Antropologia, Psicologia, Sociologia e Inteligência Artificial), mas têm em comum o fato de formarem *o estoque de representações culturais disponíveis ao indivíduo* (cf. SALOMÃO 1996, 1999 e MIRANDA 1999) e que funcionam como estruturas de expectativa, que assumem papel crucial na criação e interpretação de sentido.

O conceito de *frame* (conforme o entendemos neste trabalho) data da década de setenta e difundiu-se na Linguística a partir da semântica dos enquadres, proposta por Fillmore (1976 apud SALOMÃO 1999). A noção de *frame*, entendida como estrutura de expectativa, é de fundamental importância, pois corrobora a idéia de que a construção do significado se dá através de operações de *fatiamento conceptual*: *o enquadramento é uma operação de fatiamento de uma cena conceptual em termos da relevância informacional*

atribuída às dimensões que a compõem. Portanto, enquadrar é estabelecer uma certa projeção sobre um domínio cognitivo determinado (SALOMÃO 1999: 45).

Assim, podemos afirmar, mais uma vez, que as formas lingüísticas não portam o sentido, mas apontam uma perspectiva em relação à qual a significação se constrói, o que permite que uma entidade no mundo, concebida como sendo a mesma entidade – por exemplo, uma rosa – seja diferentemente representada na mente dos sujeitos cognitivos, como um espécime da família das rosáceas ou como um presente ou, ainda, como uma homenagem póstuma, dentre outras possibilidades. A representação relevada dependerá da cena conceptual em que a *rosa* será elemento: uma aula de Botânica, uma festa de aniversário ou um velório.

O conceito de *frame* figura, sob as mais diversas denominações, nos estudos lingüísticos, tanto de orientação cognitiva quanto nos de orientação sociointeracional. Em SALOMÃO 1999, encontramos a questão equacionada nos seguintes termos: o conceito de *frame* será tratado como **enquadre**, quando se tratar da semântica lingüística; como **moldura**, quando se tratar de configuração de interação comunicativa e como **Modelo Cognitivo Idealizado** (assunto que será apresentado em seguida), ou como **esquema conceptual**, quando se tratar de estruturas de conhecimentos pré-lingüísticos, geralmente disponíveis como universais cognitivos ou como modelos culturais.

2.2.2.1- Modelos cognitivos idealizados

O termo **Modelo Cognitivo Idealizado** (MCI), cunhado por George Lakoff 1987, é um tipo de representação mental estável, construída a partir de bases de experiência, não apenas abastecendo nosso conhecimento de um dado domínio, mas também o organizando. É interessante notar que esse abastecimento não diz respeito ao modo como as coisas acontecem na realidade, mas como **se espera** que as coisas aconteçam: trata-se, na verdade, de uma idealização da realidade e da experiência da realidade.

Um outro aspecto relevante diz respeito ao fato dos MCIs fornecerem, muitas vezes, normas de conduta para determinadas situações, ações e interações que envolvem os indivíduos. Isso significa que essas estruturas criam expectativas de natureza ideológica e ética, já que são adquiridas no contato do homem com sua herança histórica ou como frutos da experiência direta dos sujeitos no mundo ou, sobretudo, do contato desses sujeitos com os bens simbólicos construídos nas várias comunidades culturais em que estão inseridos.

Lakoff também aponta para o fato de que os modelos cognitivos possam ser construídos a partir de propriedades inatas da mente, ou seja, determinados esquemas mínimos, erigidos na experiência corporal, funcionam como uma espécie de base, a partir da qual outros esquemas cognitivos mais complexos são construídos. Segundo SALOMÃO 1999: 30, trata-se de **estruturas de expectativa bastante desencarnadas** e de aplicação bastante flexível, batizadas de esquemas genéricos. Alguns dos exemplos citados pela autora são: MOVIMENTO AO LONGO DE UMA TRAJETÓRIA, DELIMITAÇÃO

INTERNO-EXTERNA DO CORPO, MANIPULAÇÃO DE UM OBJETO, IMPOSIÇÃO DE FORÇA CONTRA UM OBSTÁCULO, etc.

2.2.2.2- Molduras comunicativas

Molduras comunicativas são configurações sociais das interações humanas. Devemos ressaltar que cada tipo de interação define-se por características que lhe são peculiares. Assim, uma reunião de trabalho é diferente de uma reunião familiar que, por sua vez, é diferente de uma reunião religiosa. Cada um desses encontros caracteriza-se por certas práticas, regras e ritos que são social e culturalmente definidos.

É o reconhecimento da agenda desses encontros que leva os participantes a se alinharem de forma diversa, de modo a atenderem às normas do evento, muitas vezes, tacitamente estabelecidas. Essas normas de conduta são tão relevantes que o seu descumprimento pode levar os indivíduos a situações de constrangimento social, ou mesmo, ao insucesso comunicativo.

São também esses conhecimentos que definem a identidade dos participantes e os papéis sociais por eles assumidos. Assim, um mesmo indivíduo A (valor) pode presidir uma reunião religiosa como líder espiritual de uma determinada comunidade (papel 1) e receber membros dessa mesma comunidade em sua casa como o anfitrião de uma reunião entre amigos (papel 2).

Devemos ressaltar que as escolhas lexicais e sintáticas e o tom ritualístico ou familiar com os quais conduzirá cada um dos encontros, certamente, não

estarão condicionados apenas pelas características idiossincráticas desse indivíduo, mas, sobretudo, pela diferente moldura comunicativa subjacente a cada um dos eventos. O conceito de *footing*, desenvolvido por GOFFMAN 1979 (1998), dá-nos a clara noção de que, nos encontros face a face, os participantes introduzem ou mantêm enquadres, de modo a se adequarem à situação interacional em andamento, como demonstração de que estão, a todo momento, questionando-se sobre “o que está ocorrendo aqui e agora”.

2.2.3- Domínios conceptuais locais

Ao contrário dos **frames** (quer sejam entendidos como MCIs, esquemas genéricos ou molduras comunicativas) – que fazem parte do nosso repertório de conhecimentos e de experiências, constituindo, assim, domínios mais estáveis – os **Espaços Mentais** (FAUCONNIER 1984, 1994; FAUCONNIER & SWEETSER 1996) são **domínios locais e dinâmicos**, isto é, fazem-se, desfazem-se e refazem-se enquanto processamos informações. Trata-se, assim, de conhecimentos localmente construídos, de natureza *expressamente processual, servindo à construção, no fluxo discursivo, de substrato cognitivo ao raciocínio e à interface com o mundo* (SALOMÃO 1999: 32). Dessa forma, os Espaços Mentais (EMs) não são representações diretas do mundo; ao contrário, refletem formas de conceber o mundo, ou seja, formas de falar, também, sobre o mundo.

Externamente, os EMs ligam-se uns aos outros por expressões lingüísticas, (conectores) designadas como **Construtores de Espaços Mentais** (*space-builders*), e internamente são estruturados pelos domínios estáveis

apresentados na seção anterior. Os construtores de espaço são, linguisticamente, marcadores gramaticais que desencadeiam a projeção de configurações cognitivas, ou seja, introduzem os espaços mentais.

Essa noção vem corroborar a idéia de que a linguagem não representa o mundo nem tampouco reflete o que está na mente dos indivíduos; a linguagem, ao contrário, desencadeia operações mentais, que terão papel fundamental na produção de sentido.

Os construtores de espaço mental (expressões em *itálico* nas sentenças abaixo) apresentam-se nas mais variadas formas gramaticais – como sintagmas preposicionais, sintagmas adverbiais, conectivos, sentenças, marcas de tempo e modo verbal, etc. – criando, por exemplo, os seguintes tipos de domínios conceptuais:

Lugar: *Nesta escola*, meu filho não fica.

Tempo: *Em 1992*, Itamar Franco era Presidente.

Drama: *Na novela da Rede Globo*, Daniel Dantas é sobrinho do pai.

Imagem: *No quadro*, meu pai tem olhos verdes.

Crença: *Eu acho* que ele não volta pra ela.

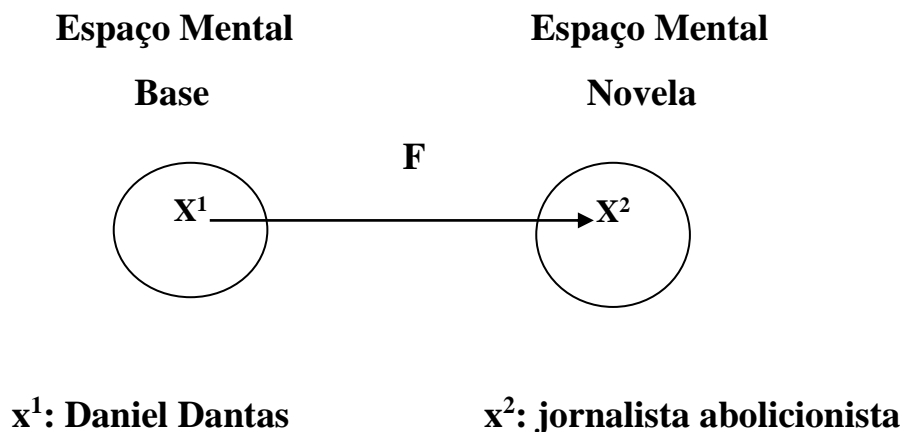
Escala: Ele é *um tipo* de garoto mimado.

Entidades equivalentes que figuram em EMs distintos são descritas como **contrapartes**, sendo que a relação entre elas efetua-se pelo **Princípio da Identificação**⁶. Para ilustrar como tal princípio opera, confrontemos a sentença *Daniel Dantas é sobrinho do pai* com um dos exemplos acima – *Na novela da*

⁶ Segundo o **Princípio de Identificação**, temos que “se dois elementos X_1 e X_2 são conectados pela função pragmática F ($X_2 = F(X_1)$), a descrição de X_1 , dX_1 , pode ser usada para identificar sua contraparte X_2 ” (SALOMÃO 1996)

Rede Globo, *Daniel Dantas é sobrinho do pai* – aqui numerados como sentenças (1) e (2), respectivamente.

Enquanto em (1) temos uma sentença que, no mínimo, causa estranheza, a sentença (2) soa naturalmente. O construtor de espaço, expressão em negrito em (2), permite a relação de duas contrapartes de uma mesma entidade: as contrapartes da entidade “Daniel Dantas” figuram em dois espaços mentais – a saber, em um espaço mental base (onde é valor) e no espaço mental da novela (onde é função). Tal relação se dá através de uma **função pragmática F**, de acordo com o Princípio de Identificação. No caso em questão, X^1 (o ator Daniel Dantas) e X^2 (o personagem abolicionista representado pelo ator Daniel na novela) estão conectados por uma **função drama**, conforme mostra o esquema abaixo:



Assim, a possibilidade de instanciação de Daniel Dantas em dois EMs distintos desfaz a situação absurda, se confrontada com nosso conhecimento de mundo, de um indivíduo ser, ao mesmo tempo, sobrinho e filho de uma mesma pessoa.

2.2.4- Projeções entre domínios conceptuais

A postulação de que a produção de sentido é um fenômeno processual implica a necessidade de reconhecermos a existência de operações de projeção entre diferentes bases de conhecimento, conforme foi exemplificado na seção anterior: a projeção entre valor e função de um espaço-base para um espaço-filho. FAUCONNIER 1997 reconhece três diferentes tipos de projeções, a saber: **projeções de função pragmática**, especialmente, sinédoques e metonímias; **projeções de esquema**, encontradas nos processos de mesclagem⁷ e as **projeções entre domínios conceptuais estruturados**, representadas pelas analogias e metáforas. Dentre esses três tipos de projeção, interessam-nos as metafóricas.

A análise que nos propomos a fazer neste trabalho se apóia numa concepção de metáfora nos termos de LAKOFF 1993. Isto é, compartilhamos a idéia, segundo a qual, os processos metafóricos desempenham um importante papel na estruturação da linguagem e do pensamento.

Assim a metáfora deixa de ser encarada como uma figura de linguagem com função, meramente, “decorativa”, para ser entendida como um modo de pensar, definido por um mapeamento sistemático de um **domínio fonte** para um **domínio alvo**; ou seja, trata-se de mapeamentos genéricos que ocorrem através de domínios conceptuais. Tal generalidade vem confirmar o fato de que não só o discurso literário está impregnado de metáforas, mas também a linguagem cotidiana sem que, no entanto, os falantes se dêem conta disso.

⁷ A mesclagem (*blending*) é um processo cognitivo que opera sobre dois espaços mentais para obtenção de um terceiro, designado como domínio-mescla (Fauconnier 1997).

Lakoff também postula que a metáfora não está na linguagem, mas na forma como conceptualizamos um domínio mental em termos de um outro. Mais uma vez temos reforçada a idéia de que o significado não é algo do qual nos possamos apropriar *a priori*, mas, antes, é uma construção cognitiva.

O que nos interessa aqui, mais especificamente, é a possibilidade de pensarmos num determinado conceito, usando o conhecimento que temos a respeito de um outro. Assim os falantes são capazes de pensar e de falar sobre AMOR, para citar um exemplo clássico, usando o conhecimento que possuem sobre VIAGEM ou, ainda, de conceber dimensões temporais como dimensões espaciais. Neste trabalho interessam-nos, sobretudo, duas metáforas: a metáfora convencionalizada TEMPO É ESPAÇO e seu desdobramento O DISCURSO É UMA VIAGEM (esse assunto será retomado no capítulo 3).

Nosso objetivo neste capítulo foi o de fazer uma breve revisão sobre as principais questões que subjazem à hipótese sociocognitiva da linguagem. No entanto, somente algumas dessas questões serão proximamente aproveitadas em nossa análise. Dentre elas, destacamos:

- (1) a noção de *frame*, entendido como operação de fatiamento da cena conceptual e imposição sobre ela de uma determinada perspectiva;
- (2) o fato de entidades em diferentes domínios conceptuais serem descritas como contrapartes correspondentes;
- (3) as operações de projeção entre os domínios espacial, temporal e discursivo, que vão precisamente operar o estabelecimento de contraposições.

3- Por uma concepção dinâmica de contexto comunicativo: dêixis e compartilhamento da atenção

Este capítulo tem por objetivo a discussão de questões fundamentais para a análise que desenvolveremos no capítulo subsequente. Lembrando que nossa pesquisa tem como base a hipótese sociocognitiva da construção do significado lingüístico, faz-se imprescindível, neste momento, que busquemos esclarecer de que ponto de vista abordaremos algumas categorias e conceitos, muito recorrentes nos estudos da linguagem, e que também permeiam o nosso trabalho.

Começaremos, assim, por apresentar a abordagem do conceito de CONTEXTO aqui adotada, bem como suas implicações para o estudo da **referência dêítica**, objeto de nossa pesquisa. Em seguida, apresentaremos o conceito de **compartilhamento da atenção**, com o objetivo de discutir nosso entendimento do processo de FOCALIZAÇÃO, fenômeno que desempenha papel central na sustentação das hipóteses por nós levantadas. Finalmente, trataremos dos **dispositivos lingüísticos da dêixis**, com atenção especial para a DÊIXIS ESPACIAL e DISCURSIVA.

3.1- O contexto na abordagem sociocognitiva da linguagem

Qual é o lugar destinado à noção de contexto nos estudos da linguagem? Ou, mais especificamente, no estudo da interação face a face? A pergunta não é

meramente retórica. Respondê-la é tarefa árdua e tornar-se-ia missão impossível se desejássemos esgotar todas as fontes que já se ocuparam em respondê-la. Afastada tal pretensão, nossa tarefa será mostrar, de forma breve, mas suficiente, como a abordagem adotada constitui base valiosa para as discussões futuras.

Segundo colocações feitas por SALOMÃO 1997, 1999, a concepção de contexto assumida pela hipótese sociocognitiva rechaça a visão de contexto redutível a um conjunto de variáveis espaço-temporais, sociais e situacionais, estaticamente consideradas, para assumir uma visão fenomenológica de contexto. Isso significa que estamos considerando o contexto como um *fenômeno socialmente constituído, interativamente sustentado e temporalmente delimitado*, conforme apresentado em GOODWIN & DURANTI 1992: 6. É essa visão que tira o contexto de sua condição periférica, ou melhor dizendo, de pano de fundo da interação humana, para destacá-lo como dimensão constitutiva de toda hermenêutica.

3.1.1- A relação entre contexto e linguagem

A noção de contexto perpassa várias áreas de estudo: Sociologia, Antropologia, Psicologia, Lingüística, evidenciando-se, assim, os pontos de contato entre campos diferentes de pesquisa. Dessa forma, questões que, a princípio, pareceriam ser do interesse exclusivo dos estudos lingüísticos foram, na verdade, levantadas por antropólogos e sociólogos. Dentre essas questões, destacamos a forma como a organização da interação humana é central para a análise do contexto, focalizando de modo especial a interação face a face. Segundo GOODWIN & DURANTI 1992:23,

a interação face a face possibilita que se analise a linguagem, a cultura e a organização social como componentes integrados de um único sistema de ação e, ainda, que se lide com tais processos como um fenômeno dinâmico e temporalmente delimitado.

Nosso estudo firma também o compromisso de não negligenciar tais considerações, haja vista o fato de termos feito opção pela análise de dados provenientes de situações reais de fala, mais do que isso, de situações reais de interação face a face: uma série de encontros entre professores, que têm como objetivo discutir sua prática pedagógica, tendo como eixo principal a leitura.⁸

A questão que se coloca agora é: qual a relação que se estabelece entre linguagem e contexto, uma vez que já rejeitamos a concepção que o relega a uma posição periférica? E, ainda: como essa relação é importante para o que queremos tratar neste trabalho?

Para responder à primeira questão, devemos procurar entender um fenômeno bastante interessante, mas que a princípio pode parecer um raciocínio meramente circular: a linguagem acaba constituindo contexto da própria linguagem. A idéia hegemônica, posta em foco pelas teorias que adotam uma visão estática de contexto, é de que a linguagem é um fenômeno contextualizado, ou seja, os enunciados são ditos por alguém, num determinado lugar e num determinado momento. A concepção aqui adotada vai muito além disso. Não estamos apenas assumindo que enunciados se apóiam no contexto existente para sua interpretação, mas também que esses enunciados devam ser

⁸ O corpus analisado pertence ao projeto “ **O processo da leitura na formação de professores para a escola fundamental – Pró-Leitura-SEE/MG-NUPEL/UFJF** e será apresentado na seção 4.3.

entendidos como eventos que formatam um novo contexto para a ação subsequente.

Para ilustrar a fala como atividade duplamente contextual, buscamos mais uma vez apoio nos trabalhos desenvolvidos por Alessandro Duranti, mais especificamente no artigo *Linguagem no contexto e linguagem como contexto: o vocabulário samoano de respeito*⁹. Através da análise de termos usados no discurso político (basicamente nomes e verbos que descrevem relações entre indivíduos de *status* social diferente), Duranti pôde observar que entre os samoanos algumas escolhas lingüísticas são definidas pelo contexto, enquanto outras definem o contexto a ser adotado.

Como exemplo do primeiro caso, existe no vocabulário samoano um grupo de palavras respeitosas (PRs) que estão associadas a um conjunto particular de pessoas, mais especificamente, a indivíduos portadores de determinados títulos. A escolha dessas palavras é definida por certas propriedades do contexto, como, por exemplo, o *status* social. Assim, há no vocabulário samoano uma oposição entre *fale* – designação comum para a palavra casa – e *maoka*, *laoa* e *vagaga* – designações respeitosas para a palavra casa, cujo uso é determinado pelo *status* do destinatário: o chefe, o orador ou o grande chefe, respectivamente.

Por outro lado, as PRs podem também ajudar a definir qual é o contexto relevado. No samoano, o uso de determinadas PRs serve como estratégia para se definir, por um período de tempo, um contexto no qual certos papéis sociais precisam ser evocados. Segundo Duranti, o caso samoano demonstra que o

⁹ O artigo em questão é resultado de uma pesquisa, realizada por DURANTI (1992: 77-99) na Samoa Oeste entre 1978 e 1979, para a qual recortou uma parte específica do léxico samoano: o vocabulário de respeito.

falante usa certas descrições e certos itens lexicais de respeito para “obrigar” o interlocutor a cumprir com o que ele espera. Dessa forma, segundo o pesquisador, percebe-se que as palavras simplesmente não refletem o mundo exterior já dado, elas ajudam também a construí-lo pela redefinição das relações entre os participantes.

Para nossa análise, essa relação reflexiva entre linguagem e contexto será de grande valia, uma vez que trabalhando com situações reais de fala, estaremos tomando como contexto o próprio fluxo discursivo. Muitas vezes é, justamente, esse fluxo que serve de elemento delimitador para que a multiplicidade de interpretações não se transforme em risco de impossibilidade de atribuição de significado. Se, por um lado, o significado não está embutido nas palavras, por outro, não se deve esquecer que a linguagem fornece pistas essenciais para a construção do significado, conforme discutido no capítulo anterior.

3.1.2- O contexto como co-produção dos participantes

É importante deixar claro, logo de início, o que entendemos pelo uso do termo **participante**. Tal termo é de tradição etnográfica e surge como uma forma de sofisticar a distinção entre falante e ouvinte. Tal sofisticação é interessante, uma vez que desmonta a tese de que o falante é o único elemento ativo na conversação, como se só a ele coubesse a responsabilidade pelo que é dito e pelo que se deve compreender do que foi falado. Desmontar tal idéia é reconhecer o papel ativo do ouvinte, colocando-o como co-responsável na tarefa de negociação dos significados relevantes numa dada situação comunicativa.

Não se trata, fique bem claro, de mera preocupação com “rótulos”, mas de estar atento para o que a escolha dos termos revela sobre as concepções do pesquisador. Assim, neste trabalho, quando estivermos nos referindo quer a falantes, quer a ouvintes, estaremos levando em consideração que a produção de fala é uma atividade social e dinâmica, pela qual são responsáveis pessoas entendidas como sujeitos cognitivamente ativos. Dessa forma, estamos reforçando nosso compromisso com a hipótese sociocognitiva da linguagem que reafirma o *caráter cooperativo da tarefa de construção conceptual* (nos termos de SALOMÃO 1996, 1997, 1999).

É justamente sobre esse caráter cooperativo que devemos agora nos debruçar. Duas perguntas suscitadas por nossa pesquisa são:

- (1) De que forma a dêixis contribui para a configuração do contexto interativo?
- (2) O que a escolha de um dêitico espacial específico sinaliza aos participantes?

Para cumprir a tarefa de respondê-las, buscamos apoio nos seguintes elementos:

- (1) O contexto interacional é dinâmico: constrói-se e reconstrói-se à medida que o discurso se processa.
- (2) A interação envolve estratégias de colaboração para a construção do significado.
- (3) A configuração conceptual do contexto corresponde à construção do *solo* da interação (*ground*, nos termos de CLARK 1996: 327).

Acreditamos que o “caráter cooperativo da tarefa de construção conceptual” está presente nos três elementos acima destacados. O que precisamos, neste momento, é entender através de que mecanismos o processo de colaboração se dá.

Iniciamos essa empreitada, lembrando que a linguagem não é um mero reflexo do mundo nem sequer do pensamento. A linguagem é um instrumento através do qual as relações humanas acontecem. Em CLARK 1996: 325, por exemplo, encontramos que *as pessoas usam a linguagem para fazerem coisas juntas*. Isso significa que as pessoas falam umas com as outras para realizar as mais diversas ações, caracterizadas como **atividades conjuntas** (*joint activities*): desde “jogar conversa fora” até participar das mais intrincadas decisões políticas. No nosso caso, é através da linguagem que professores reexaminam suas práticas pedagógicas, através de um jogo constante de negociação entre o saber autorizado da pessoa do formador e o saber, muitas vezes arraigado em práticas tradicionais do ensino de leitura, dos demais professores.

Para a realização bem sucedida dessas atividades, as pessoas precisam se engajar em estratégias de **co-ordenação**. Tais estratégias operam em dois níveis. O primeiro nível diz respeito ao esforço empregado pelo ouvinte para estar atento¹⁰, ouvir e tentar entender o que foi dito. Num segundo nível, deve haver co-ordenação entre o que o falante quis dizer e o que o ouvinte entendeu sobre o que se quis dizer.

Durante uma interação em sala de aula, por exemplo, o professor precisa ter um controle constante do grau de atenção dos alunos e do alcance que o

¹⁰ A noção de **ATENÇÃO**, tão relevante quanto a de **coordenação**, será abordada especificamente na seção 3.2.

conteúdo ensinado obteve entre eles. Isso pode ser feito por meio de vários mecanismos que levariam o falante a concluir sobre quanto os ouvintes entenderam ou não daquilo que se pretendia ensinar, levando-o a uma constante reformulação do seu discurso e ações subseqüentes.

Cabe assim aos participantes desse tipo de situação comunicativa a adoção de um comportamento colaborativo: aos ouvintes cabe, por exemplo, a sinalização de pistas verbais, não-verbais ou supra-segmentais que representem o seu grau de atenção, envolvimento, interesse e, ao falante, a capacidade de bem interpretá-las.

Devemos estar atentos ainda ao fato de que, mesmo quando os participantes se relacionam em situações de conflito, é necessário que sinalizem, eficazmente, qual seja o eixo de sua discórdia; caso contrário, os eventuais contendores ficariam na estranha condição de não saberem por que brigaram. A “colaboração”, nessa circunstância, não tem, portanto, qualquer conotação virtuosa: trata-se, tecnicamente, de **caracterizar a participação coordenada no fluxo de ações.**

Na verdade, negociações de sentido bem sucedidas requerem que falantes e ouvintes partilhem uma série de conhecimentos e de experiências previamente estabelecidos. Lembrando o que já foi discutido sobre a dinamicidade do contexto, não há sempre a necessidade de que conhecimento e experiência tenham sido construídos num tempo fora dos limites da interação em processamento, pois eles **podem constituir contexto** no decorrer da própria interação em curso. A esse contexto, comum aos participantes, muitas designações foram dadas. Nós trabalharemos com a idéia de *common ground* (nos termos de CLARK 1996), ou seja, o “solo” comum, estabelecido na

interação, através da produção conjunta dos participantes e que engloba suas experiências, conhecimentos, crenças e suposições ou mesmo um consenso temporário sobre essas entidades.

Embora o conceito de *commom ground* englobe outros elementos, usaremos o termo “conhecimento” para nos referir, de modo geral, às crenças, às experiências e suposições partilhadas pelos participantes. Esse conceito abrange duas esferas, uma mais ampla – que diz respeito ao conhecimento adquirido através das relações sociais de um indivíduo, como membro de uma dada comunidade cultural – e outra mais restrita – que diz respeito aos conhecimentos construídos nas relações interpessoais. Para CLARK 1996: 325, não pode haver co-ordenação sem que se estabeleçam **estruturas de expectativas**¹¹ comuns aos falantes e aos ouvintes.

Para que possamos entender melhor como essas estruturas operam, atentemos para as seguintes considerações. Cada indivíduo pertence não apenas a uma dada comunidade, mas é, ao mesmo tempo, membro de um conjunto de grupos culturais. Assim, um determinado professor do Projeto Pró-Leitura, por exemplo, faz parte de uma rede de comunidades, sendo que cada uma caracteriza-se por fatos, crenças, assunções, enfim, conhecimentos que lhe são peculiares.

¹¹ Esse termo não é usado por Clark, mas tomamos a liberdade de usá-lo, uma vez que estamos lidando com estruturas de conhecimento que geram expectativas, a exemplo do que ocorre com os esquemas conceptuais, tratados detalhadamente no capítulo anterior (MCIs, molduras comunicativas e esquemas genéricos, conforme se encontra em SALOMÃO 1999). O termo usado por CLARK 1996 é *commonalities of thought* (afinidades reflexivas).

Dessa forma, esse mesmo indivíduo pode reconhecer-se como membro da comunidade de cidadãos adultos com educação superior da cidade de Juiz de Fora; como membro da comunidade de professores de Português da escola em que atua; como membro da comunidade de professores atuantes no Projeto Pró-Leitura, etc. Portanto, para que as estruturas de expectativas sejam acionadas, é preciso que esse indivíduo se reconheça e reconheça o outro no papel de membro de uma dessas comunidades.

Os esquemas gerados a partir das relações interpessoais, por outro lado, são informações que vamos acumulando à medida que interagimos com nossos interlocutores. Assim, o que serve de fundo na interação entre os indivíduos “A” e “B” não é necessariamente o que servirá entre “A” e “C”. Para cada interlocutor, acionaremos um conjunto de informações diferentes, acumuladas a partir das experiências mutuamente vividas. Dessa forma, a cada novo encontro, a bagagem de informações compartilhadas é enriquecida e, assim, vai-se formando o *solo das relações interpessoais* (*personal common ground*, CLARK 1996: 334), construído a partir das experiências comuns vividas com o outro e que também é base sobre a qual operam as estratégias de co-ordenação.

Através do exemplo abaixo, procuramos mostrar como os participantes de uma dada situação comunicativa trabalham cooperativamente para garantir interações bem sucedidas: Alice (participante A) e Bernardo (participante B) são professores de Matemática de uma mesma escola (comunidade I) e participam do mesmo projeto de melhoria do bairro onde moram (comunidade II). A e B reconhecem a si mesmos e ao outro como membros das duas comunidades representadas. Como membros da comunidade I, espera-se que partilhem um conjunto de informações, que dizem respeito tanto ao fato de serem professores quanto ao de serem professores de Matemática (e não de Geografia, por exemplo) e mais, funcionários da mesma escola.

Como membros da comunidade II, A e B detêm um outro conjunto de informações que também servem de base para as expectativas que um pode ter em relação ao outro. A e B encontram-se no ônibus, voltando para casa, quando se inicia o seguinte diálogo:

A: Você vai à reunião?

B: A do asfaltamento?

A: Não; a de quinta-feira.

B: A do bairro ou a da escola?

A: Estou falando da reunião pra votarmos o novo regimento da escola.

B: Ah! Sim! Nessa eu vou.

A: Então nos encontramos na escola na quinta à tarde.

O diálogo inicia-se com a indagação de A acerca de uma dada reunião. Ao fazer isso, A acredita que B possa atribuir à expressão definida apresentada o mesmo referente que ela tem em mente. Por sua vez, B considera a apresentação de A insuficiente para que ele pudesse atribuir à expressão definida o referente apropriado. Ao apresentar outra pergunta no lugar de resposta, B sinaliza não apenas a insuficiência da apresentação feita por A, mas também enquadra o evento reunião a partir de sua pauta: *a reunião do asfaltamento*. A, no entanto, desconsidera a pauta da reunião como uma informação relevante e enquadra o evento em relação a sua data: *a reunião de quinta-feira*. B esforça-se novamente por estabelecer o referente, propondo um novo enquadre: as comunidades às quais ambos pertencem (o bairro e a escola). A expande o referente de modo a contemplar as duas pistas dadas anteriormente por B, o enquadramento via pauta (*reunião do regimento*) e o enquadramento via comunidade (*a reunião da escola*). Finalmente, B acredita ter compreendido o que A quis dizer e responde à pergunta, inicialmente, feita.

Um outro fato que deve ser levado em consideração é a identidade social dos participantes, relevada nas operações de construção do significado, e, ainda, como essa identidade pode favorecer uma determinada interpretação em detrimento de outra. A moldura comunicativa do evento em questão pode determinar o papel social assumido pelos participantes, o que não impede que uma mesma pessoa assuma diferentes papéis ao longo de um mesmo evento comunicativo. Assim, no exemplo acima, é possível que B tenha selecionado como referente preferencial a *reunião do asfaltamento*, em virtude do fato de estar voltando para casa e não se dirigindo para a escola onde trabalha, ou seja, o contexto situacional indicou como relevante o papel de morador atuante do bairro e não o de professor. Tal fato vem comprovar que, ao longo da interação, a própria identidade comunicativa dos interlocutores está sujeita a mudanças.

O exemplo é oportuno para mostrar que o processo de construção e de compreensão do discurso se dá através de operações de colaboração entre os participantes. Tanto os falantes quanto os ouvintes são responsáveis pela atribuição de significados e, para tanto, acionam mecanismos de co-ordenação e colaboração, cujas bases estão no conjunto de conhecimentos por ambos partilhados: quer sejam conhecimentos adquiridos no interior das comunidades culturais às quais pertencem, quer sejam informações acumuladas ao longo das experiências interpessoais entre ambos.

Com esse exemplo deseja-se reforçar, ainda, o fato de o próprio fluxo discursivo servir como contexto para os enunciados subseqüentes, enfatizando-se, assim, o caráter duplamente contextual da linguagem a que fizemos alusão anteriormente.

Até aqui tentamos mostrar que as estruturas de conhecimento de que dispomos em nossa memória são socialmente adquiridas, quer seja através das experiências que vivemos como membros das diversas comunidades culturais às quais pertencemos, quer seja através das relações estabelecidas com nossos interlocutores nas diversas situações comunicativas das quais participamos. Entendemos que tanto uma forma quanto outra são fontes importantíssimas para a formação do conhecimento mútuo, mas não podemos negar que as experiências localmente partilhadas (perceptuais ou conversacionais) sejam o contexto sociocognitivo por excelência de toda situação interativa. É, pois, na tentativa de provar que nessas experiências está o fundamento de todas as atividades humanas que apresentamos a próxima seção.

3.2- O fenômeno da atenção compartilhada

A distribuição da atenção tem sido objeto de estudo de autores como CLARK 1992, KENDON 1992, TALMY 1996 e TOMASELLO 1999, dentre outros. Os trabalhos desses estudiosos interessam-nos sobretudo, uma vez que é a partir da idéia de ATENÇÃO – ou mais especificamente, do **compartilhamento da atenção** – que desejamos definir o que seja o fenômeno da **focalização**. As subseções seguintes terão como objetivo discutir algumas questões de fundamental importância para a nossa pesquisa.

3.2.1- Co-presença física e co-presença lingüística

Clark identifica como base para a aquisição de conhecimento mútuo a co-presença física, a co-presença lingüística e a co-presença indireta. Entende-se a **co-presença física** como a situação prototípica, a partir da qual dois participantes adquirem conhecimento mútuo sobre determinado objeto ou evento. O exemplo clássico – utilizado por CLARK 1992: 23 com base em SCHIFFER 1972 – é a cena em que dois participantes, A e B, partilham, simultaneamente, o mesmo foco de atenção: uma vela que está sobre a mesa junto à qual se encontram sentados. Temos, assim, que a melhor maneira – ou a maneira mais evidente – de dois participantes saberem que determinado objeto faz parte do conjunto de informações que compartilham é torná-lo visível, presente, ao campo físico-perceptual acessível a ambos.

No entanto sabemos que um grande número de objetos e eventos, aos quais os participantes podem fazer referência, não se encontram fisicamente presentes em seu campo visual, mas foram anteriormente mencionados via discurso, ou seja, estão **lingüisticamente co-presentes**. Fazendo apelo novamente ao exemplo clássico mencionado, imaginemos que A diga a B: *Eu comprei uma vela ontem*. Ao enunciar *uma vela*, A coloca para B a existência de um objeto em particular e, a partir desse momento, A e B podem eleger a vela como objeto de sua atenção e voltarem a se referir a ela como objeto já dado, conhecido, por ambos, ou seja, a vela passa a fazer parte do conhecimento de que ambos compartilham ativamente, pelo menos por um certo período de tempo.

Outra questão a ser considerada é o fato de muitas vezes o conhecimento mútuo entre os dois participantes formar-se a partir de canais múltiplos de informação, isto é, pela combinação entre co-presença física ou lingüística e o conhecimento mútuo partilhado pelos membros de uma mesma comunidade cultural. A cena proposta é a seguinte: imaginemos que A (Ana) diga a B (Bernardo): *Eu ontem comprei uma vela, mas o pavio estava quebrado*. Ao enunciar *uma vela*, A estabelece a co-presença lingüística entre ela, B e a vela, mas não entre ela, B e o pavio.

No entanto observemos que o pavio é enunciado como elemento dado, como evidencia o uso do artigo definido *o*. Tal fato é possível, porque, na verdade, ao se referir ao pavio como elemento dado, A está assumindo não somente que B aceitou a existência da vela, como também o fato de velas possuírem pavios; ou seja, ao se enunciar *uma vela*, estabelece-se a co-presença lingüística da vela e a **co-presença indireta** do pavio. Evidencia-se, assim, que a co-presença indireta só pode ser estabelecida se apoiada nas informações compartilhadas pelos membros de uma mesma comunidade cultural; no caso em questão, assume-se que A e B, como indivíduos adultos e escolarizados, por exemplo, sabem que velas possuem pavios.

O conceito de co-presença interessa-nos não somente por revelar outras formas de aquisição de conhecimento mútuo, mas, principalmente, por evidenciar a capacidade que os seres humanos possuem de participar de **eventos de socialização da atenção**. Quando os participantes A e B, simultaneamente, prestam atenção num determinado objeto e assumem que o outro faz o mesmo, estão de certa forma “reproduzindo” um comportamento que é a base de uma grande parte das habilidades cognitivas desenvolvidas pela espécie humana, o

engajamento em atividades de compartilhamento da atenção, assunto de que passaremos a tratar nas seções subseqüentes.

3.2.2- O fenômeno sociocognitivo da transmissão cultural

Nos seres humanos, formas exclusivas de transmissão cultural foram desenvolvidas: os homens são, por exemplo, capazes de acumular conhecimentos e de modificá-los, ao longo do tempo, de uma maneira que nenhuma outra espécie animal é capaz de fazer. Isso ocorre, porque as inovações propostas por um determinado indivíduo não são fortuitas, mas correspondem ao surgimento de novas necessidades sociais.

Nos termos de TOMASELLO 1999: 1-12, trata-se do processo de *evolução cultural cumulativa*, pelo qual os seres humanos são capazes não só de criar novos artefatos, mas também de recriá-los, apoiando-se nos conhecimentos construídos pelos seus antepassados, de modo a atender a objetivos quer pessoais quer sociais. São inúmeros os exemplos que servem para ilustrar esse processo vital para a espécie humana nos últimos 200.000 anos. Apenas para citar um, destacamos, por exemplo, as inovações na obtenção e controle da energia térmica, empreendidas ao longo da história, a fim de atender às mais diferentes e cada vez mais sofisticadas necessidades humanas.

O mais interessante, nos processos de recriação em que se engajam os seres humanos, é o fato de que as inovações que se produzem dentro de uma determinada comunidade provoquem uma mudança de comportamento entre os indivíduos, que os coloca num novo espaço cognitivo: as bases de conhecimento

anteriormente adquiridas são enriquecidas pelas inovações adotadas. Formam-se, assim, novas bases de conhecimento que serão novamente enriquecidas por alterações subseqüentes e, assim, sucessivamente; o que vem mostrar que a evolução cultural humana é, de fato, um fenômeno cumulativo.

O importante a ser considerado é que as inovações produzidas só culminarão em evolução para uma dada comunidade se outros indivíduos forem capazes de aprender com a experiência do inovador, isto é, para que o processo de transmissão cultural se viabilize, é necessário que as inovações comportamentais não se configurem como algo restrito a um determinado indivíduo, mas que sejam **socialmente compartilhadas**.

Nota-se, assim, que os processos de transmissão cultural cumulativa estão intimamente ligados a outros aspectos da cognição humana, como, por exemplo, o engajamento em eventos sociais de aprendizado, com destaque para o **aprendizado imitativo**. Isto é, para ocorrer transmissão de novos conhecimentos não é suficiente que haja indivíduos capazes de inovar, mas é igualmente importante, também, que os outros indivíduos do grupo sejam capazes de assimilar a inovação. Essa assimilação pode-se dar através da instrução ativa, mas, principalmente, através da participação em eventos de aprendizado por imitação.

A relação estabelecida entre transmissão cultural cumulativa e aprendizado imitativo só é possível graças a uma capacidade sociocognitiva exclusiva dos seres humanos. Trata-se da capacidade que os homens têm de entender a si próprios como indivíduos formuladores de objetivos, que agem sobre o mundo de modo a alcançá-los e, ainda, a capacidade de ver as outras pessoas dessa mesma forma. Isto é, **o homem é o único animal que é capaz de**

imaginar-se, mentalmente, no lugar de seus co-específicos¹², o que lhe permite não somente aprender a reproduzir novos comportamentos, mas também entender que tais inovações comportamentais são intencionais.

Um animal faminto tem como objetivo alimentar-se e, para saciar a fome, parte em busca de alimento. Isso ocorre com o homem e com qualquer outro animal. No entanto a singularidade da ação humana está na capacidade de o homem conceber seus objetivos como uma disposição externa, objetificável, sendo que isso decorre do fato de o ser humano poder reconhecê-la fora de si, isto é, como disposição sustentável também por um outro sujeito, seu co-específico.

A capacidade de identificação com os outros indivíduos da mesma espécie surge bastante precocemente nos processos ontogenéticos. Essa capacidade, presente já nos recém-nascidos, é um elemento chave para a compreensão dos outros como seres intencionais. Em resumo, nos primeiros meses de vida, a criança começa a entender suas próprias ações nos termos das ações de outras pessoas e dos efeitos que essas ações provocam no ambiente à sua volta (vide TOMASELLO 1999: 60-93).

É importante ressaltar que esta conceptualização constitui avanço significativo no estudo da cognição humana, uma vez que não se trata apenas de reconhecer que as crianças, desde muito cedo, são capazes de diferenciar os seres animados dos inanimados, mas, sobretudo, trata-se do reconhecimento de que elas são capazes de percepções sofisticadas, responsáveis, aliás, pela grande diferença cognitiva entre o homem e os demais primatas.

¹² Denominam-se co-específicos os indivíduos identificáveis como membros da mesma espécie (cf. TOMASELLO 1999:6)

Assim, pode-se afirmar que, por mais que alguns chimpanzés, criados em ambientes ricamente aculturados, sejam capazes de realizar ações cognitivamente mais complexas do que outros primatas criados em seu hábitat natural, esses animais não são capazes de se engajar em processos de transmissão cultural cumulativa, porque lhes falta a capacidade, biologicamente herdada pelos seres humanos, de entenderem a si mesmos e aos outros como seres intencionais.

3.2.3- Socialização da atenção e aprendizagem

Entre os nove meses e um ano de vida, as crianças começam a interagir através de relações triádicas, ou seja, a partir dessa idade, elas começam a se engajar numa série de novos comportamentos que revelam o modo intencional através do qual passam a compreender o mundo e a se relacionar com ele. Tais comportamentos – que ocorrem dentro de eventos de compartilhamento da atenção e são responsáveis pela inserção da criança nos processos de aprendizado cultural – são, marcadamente, **triádicos**, isto é, envolvem não mais a relação entre criança e objeto ou entre criança e adulto (interlocutor), mas **a coordenação simultânea entre essas três entidades**. Temos, assim, a formação de um “**triângulo referencial**”, cujos vértices são representados por essas três entidades: a criança, o adulto e o objeto/evento foco da atenção de ambos.

A emergência dos comportamentos triádicos representa um salto no desenvolvimento cognitivo humano, uma vez que eles são uma demonstração clara de que a criança não está apenas respondendo arbitrariamente a estímulos

externos, mas de que é capaz de atribuir um sentido intencional às estratégias comportamentais dos adultos e, também, de reproduzi-las. Esse avanço no modo de se relacionar com o mundo evidencia que a criança passou a entender que os indivíduos à sua volta têm relações intencionais como o mundo, similares às suas próprias relações e que, dessa forma, podem tentar tirar proveito do modo através do qual os adultos agem para alcançar seus objetivos.

Para direcionar a atenção e também o comportamento dos indivíduos com os quais interagem, as crianças utilizam-se, muitas vezes, **de gestos dêiticos**, tais como apontar ou levantar objetos com o objetivo de mostrá-los. Tais gestos podem ser considerados como comportamentos comunicativos e se dividem em **gestos imperativos** e **gestos declarativos**.

Os primeiros indicam a tentativa de se obter alguma ação efetiva do adulto em relação aos objetos focados, por exemplo, apontar para o filtro, sinalizando que se tem sede. Já os últimos revelam não somente a intenção de se obter algum resultado prático, mas, principalmente, **o desejo de compartilhar a atenção com o interlocutor**, como, por exemplo, apontar para alguma pessoa em especial quando se assiste à televisão ou quando se olha uma revista na companhia de algum adulto.

A participação em eventos de compartilhamento da atenção é de fundamental importância para o desenvolvimento sociocognitivo humano, uma vez que é através dessa participação que o ser humano passa a interagir com o mundo a partir de uma nova perspectiva. Antes de começar a entender seus co-específicos como seres intencionais, com os quais pode partilhar atenção em relação a objetos e eventos, a criança vê o mundo e se relaciona com ele através de uma perspectiva individual, como ocorre, aliás, com os outros primatas.

Enquanto a interação da criança com o mundo se dá dentro dessa perspectiva individual, sua relação com os objetos que manipula é muito restrita, no sentido de que ela lida apenas com os recursos sensório-motores desses objetos, mas não é ainda capaz de percebê-los como artefatos culturais e elementos simbólicos. Entretanto, a partir do momento em que a criança passa a ver as pessoas como seres, cujas estratégias de comportamento e atenção são direcionadas para alcançar fins específicos, sua relação com o mundo não se dá mais de maneira isolada, mas passa a ser mediada por uma série de relações sociais, contextualizadas em cenas de compartilhamento da atenção.

Na verdade, desde o seu nascimento, a criança já estava inserida nesse mundo sociocultural, mas só a partir da passagem das relações diádicas para as relações triádicas é que ela se torna capaz de perceber isso. É então, dentro desse contexto, que a criança poderá, através do engajamento em processos de aprendizado por imitação, adquirir o uso convencional dos artefatos (e dos símbolos lingüísticos) da cultura em que está inserida. Isso significa que, além de perceber os recursos sensório-motores dos objetos que manipula, a criança passa a enxergar seus valores intencionais, ou seja, passa a entender a finalidade com que eles são usados (lápiz servem para escrever, roupas para vestir, etc).

A aquisição do uso intencional e convencional dos artefatos exige que a criança seja capaz de assumir a perspectiva das pessoas que fazem uso desses artefatos. Isso significa que a criança consegue **enxergar a cena de compartilhamento da atenção de um ponto de vista externo**, como se pudesse ver toda a cena do alto. Dessa forma, ela é capaz de incluir num único plano conceptual as três entidades que formam o triângulo referencial: o próprio eu, o outro e o objeto ou evento focais. Essa capacidade de **conceptualização do “eu”, a partir de uma perspectiva externa**, permite a compreensão dos

diversos tipos de eventos socialmente partilhados que constituem as cenas de compartilhamento de atenção, que por sua vez são *o contexto sociocognitivo de aquisição da linguagem e de outros tipos de convenções comunicativas* (TOMASELLO 1999: 96).

Os primatas de um modo geral e mesmo alguns animais domésticos são capazes de associar sons a determinados eventos perceptuais, como ocorre, por exemplo, quando um cachorro atende a comandos para se sentar, rolar no chão, fingir-se de morto, mas esses sons não se caracterizam como linguagem. Para que os sons passem a ter valor semiológico é necessário que sejam percebidos como símbolos revestidos de intenção comunicativa. Para que isso ocorra, três condições são necessárias:

- (1) O entendimento dos co-específicos como seres intencionais.
- (2) A participação em cenas de compartilhamento da atenção.
- (3) A identificação dos papéis assumidos pelos participantes numa dada situação comunicativa e a percepção de que esses papéis são intercambiáveis.

Conforme visto anteriormente, as duas primeiras condições são essenciais para a aquisição do uso convencional dos artefatos culturais. Quando se trata de aquisição de linguagem, é imprescindível, também, que a criança seja capaz de compreender as trocas de papéis que ocorrem entre os participantes numa dada situação comunicativa, uma vez que é essa compreensão que vai permitir que a criança não somente entenda a intenção comunicativa do adulto, mas que também seja capaz de expressar essa mesma intenção em relação a outras pessoas.

Resta ainda ressaltar, a exemplo do que ocorre com o aprendizado do uso convencional dos objetos, que a aquisição dos símbolos lingüísticos também conduz a formas profundamente diferentes de conceptualização do mundo. Ao adquiri-los, a criança passa a interagir com o universo a sua volta não mais de modo individual, mas intersubjetivamente, já que os símbolos lingüísticos são entidades socialmente partilhadas com os co-específicos.

A partir do que discutimos até agora, é possível chegar a algumas conclusões importantes para a análise desenvolvida na seção 4 deste trabalho. Primeiramente, deveremos ter sempre em mente que **as cenas de compartilhamento da atenção são intencionalmente definidas**, isto é, elas ganham identidade e coerência a partir da compreensão que os participantes têm do papel que desempenham na atividade em que estão inseridos (quais são seus objetivos e de que forma devem agir para atingi-los). Dessa forma, podemos dizer que **a atividade em que estamos engajados e os objetivos que desejamos alcançar delimitam a cena de compartilhamento da atenção**, no sentido de que tornam co-presentes, do ponto de vista do nosso foco de atenção, apenas um subconjunto de todas as coisas que estejam fazendo parte do nosso campo perceptual.

Assim, podemos definir as cenas de compartilhamento de atenção como **um domínio intermediário, situado entre os eventos perceptuais e os eventos simbólicos**, visto que elas incluem apenas um subconjunto das coisas que pertencem ao universo perceptual e, por outro lado, contêm mais coisas do que aquelas indicadas explicitamente pelo conjunto de símbolos (lingüísticos) (TOMASELLO 1999: 97).

Em segundo lugar, ressaltamos que estamos tratando a **focalização** como um fenômeno ligado à **socialização da atenção**, entendida como um tipo de percepção intencional (nos termos de TOMASELLO 1999: 68). Nesse sentido, podemos dizer que **focalizar é determinar qual é o objeto ou evento que os participantes estão elegendo como terceiro vértice do triângulo referencial**. O que nos resta explicar é qual a determinação discursiva desse fenômeno, ou seja, quais são as estratégias lingüístico-discursivas que os participantes acionam para chamar, manter e direcionar a atenção dos interlocutores.

3.2.4- Os processos de semiologização da atenção

Conforme vimos discutindo, a distribuição da atenção é um processo que ocorre em situações interativas, por isso **o foco de atenção precisa ser negociado entre os participantes**. Isso significa que o falante tenta orientar a atenção do interlocutor para um determinado elemento, sendo que este tem diante de si várias coisas nas quais pode focar sua atenção. Essa orientação pode-se dar tanto por meio de comportamentos lingüísticos, como através de comportamentos que incluem a postura corporal, o direcionamento do olhar, as expressões gestuais e outros elementos paralingüísticos.

Os estudos de KENDON 1992 evidenciam que os participantes manifestam seu envolvimento e seu acesso contínuo a novos eventos através da orientação mútua. Kendon discute como se dá a organização da atenção, através do uso de **trilhas de atenção** (*attentional tracks*), conceito desenvolvido por Goffman. Com base nessa noção goffmaniana, podemos distinguir entre um fluxo principal da atenção, que se caracteriza como evento focal, ou seja, como

um domínio de ações relevantes para o interesse principal do encontro em questão; um fluxo subfocalizado da atenção, que serve para regular a atividade em questão, limitando, articulando e qualificando seus vários componentes, e, finalmente, um fluxo desfocalizado da atenção, constituído de uma série de ações que não fazem parte da atividade em questão (cf. KENDON 1992: 326-334 e SALOMÃO 1997: 23-39).

Em qualquer atividade que exija o compartilhamento da atenção, é necessário que os participantes formem um consenso corrente sobre quais são os aspectos da situação comunicativa que a enquadrarão, definindo o que é relevante na situação em questão. Vale ressaltar que a demarcação desses aspectos pode-se dar previamente ou no próprio fluxo da interação. Isso significa que, para nos mantermos como participantes em atividades de interação focada, é necessário que negociemos constantemente a perspectiva e as determinações de relevância. Isso requer dos participantes: (1) organizar os enunciados de modo a se adequar à moldura negociada; (2) sinalizar qualquer mudança de perspectiva, de modo a evitar confusão e mal-entendidos.

Segundo Kendon, os processos pelos quais os participantes são capazes de negociar a moldura da interação dependem do desejo de permitir que somente alguns dos aspectos do comportamento sejam considerados como ações intencionais, isto é, ações diretamente relevantes para a comunicação. Assim, em determinadas situações comunicativas, a tosse de um dos participantes pode ser interpretada como mera reação fisiológica (e, portanto, desfocalizada do processo interativo em questão) e, em outras, pode ser um fenômeno propositalmente provocado para indicar a necessidade de interrupção de assunto sigiloso, devido à chegada de um intruso, por exemplo. Nesse último caso, a

tosse é revestida de intenções comunicativas, pertencendo, portanto, ao domínio de ações comunicativas relevantes na situação em questão.

A contribuição de Kendon para este trabalho resume-se nos seguintes fatos: há aspectos do comportamento que são centrais em uma situação comunicativa e devem ser entendidos como contribuição explícita para a interação. Há, por outro lado, aspectos que, embora considerados como irrelevantes ou periféricos, podem eventualmente desempenhar papel importante na interação, uma vez que sinalizam o envolvimento dos participantes e dão pistas sobre o seu foco de atenção.

TALMY 1996: 235-287 propõe uma teoria de atenção compartilhada com ênfase nas estratégias lingüísticas que a produzem. O conceito apresentado de ABERTURA DE JANELAS DA ATENÇÃO (*windowing of attention*) evidencia a capacidade que o falante tem de estruturar o discurso, de modo a orientar o ouvinte para determinados aspectos da moldura situacional.¹³ Nesse processo uma ou mais parcelas de uma cena referencial são focalizadas, enquanto o restante da cena fica subfocalizado. O fenômeno caracteriza-se pela organização de determinadas informações em **primeiro plano** (*foreground*) e outras em **plano de fundo** (*background*). As informações em primeiro plano (parcela focalizada da cena) aparecem no discurso como material lingüístico explícito e as informações colocadas em plano de fundo (parte restante e subfocalizada da cena) são omitidas do discurso verbal. Para melhor entendimento do fenômeno, tomemos o seguinte exemplo:

¹³ Moldura situacional (*event-frame*) é a base sobre a qual se opera a abertura das janelas de atenção. Ela constitui uma série de elementos cognitivos que são evocados em conjunto ou que se co-evocam. Segundo Talmy, embora parecida com a noção fillmoreana de *frame*, a moldura situacional é uma categoria mais genérica, universal e, possivelmente, inata.

- (1) Eu voltei do trabalho para casa de carona.
- (2) Eu voltei para casa de carona.
- (3) Eu voltei do trabalho para casa.
- (4) Eu voltei para casa.
- (5) Eu voltei do trabalho.
- (6) Eu voltei de carona.

No enunciado (1), o falante optou por tornar, linguisticamente, explícitos diversos elementos envolvidos na cena. Em cada um dos enunciados subsequentes, o falante optou por omitir um ou mais dos elementos envolvidos na cena: o lugar de origem, o destino, o meio.

Talmy faz o estudo desse fenômeno, considerando diferentes tipos de moldura eventiva. Aqui apenas interessa-nos ressaltar a capacidade que os falantes têm de acionar estratégias linguístico-discursivas que sinalizam o modo como recortam a situação comunicativa.

Devemos considerar, ainda, que mesmo os elementos focalizados são, por sua vez, hierarquizados em planos de atenção principal e secundário. É justamente a esse fato que daremos ênfase em nossa análise.

3.3 – A marcação linguística da dêixis

Dêixis, no sentido etimológico do termo, exprime a ação de *apontar* ou de *indicar*. Essa função “mostrativa” das expressões dêiticas presta-se muito bem à tarefa de orientação atencional, objeto deste trabalho. A presente seção tem

como objetivo apresentar uma breve recensão sobre as principais questões que envolvem o fenômeno da dêixis. Para tanto, buscamos apoio, principalmente, nos trabalhos desenvolvidos por FILLMORE 1997¹⁴, LYONS 1977, HANKS 1992 e RUBBA 1996.

O reconhecimento da irrefutável ligação entre linguagem e contexto dá ao estudo da dêixis uma posição de destaque. Fillmore¹⁵ ressalta a impossibilidade de interpretação de determinados itens lingüísticos sem que haja o devido ancoramento desses itens em algum contexto social. Hanks¹⁶, em trabalho sobre a referência dêitica, demonstra que a dêixis verbal constitui elemento central na investigação da produção de contexto pelos falantes. Rubba¹⁷, por sua vez, aponta interessantes alternativas para a interpretação das expressões dêiticas cujo referente não pode ser encontrado no contexto comunicativo imediato.

A flagrante importância do contexto na definição do fenômeno da dêixis nos obriga a reafirmar que o conceito de contexto adotado neste trabalho é o postulado pela hipótese sociocognitiva da linguagem, conforme encontrado em SALOMÃO 1997, 1999 (cf. 3.1). Isso significa que, quando aceitamos a idéia de que os termos dêiticos representam a gramaticalização da ligação entre linguagem e contexto, estamos considerando que tal contexto possa ser entendido não apenas como o domínio físico que circunda as interações face a face ou o domínio lingüístico, constituído pelo próprio fluxo discursivo, **mas também como domínios conceptuais, acessados através de representações**

¹⁴ A referência em que nos apoiamos diz respeito a uma série de conferências denominadas *Lectures on Deixis* que datam de 1971 e que se encontram editadas em Fillmore 1997.

¹⁵ FILLMORE (1971) 1997: 59-75

¹⁶ HANKS 1992: 46-75

¹⁷ RUBBA 1996: 227-261

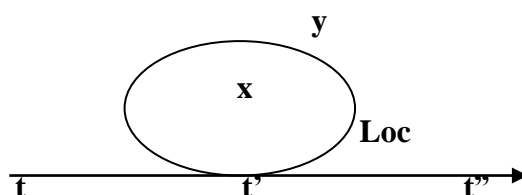
mentais. Portanto o contexto configura-se tanto como entidade física quanto como entidade simbólica (social, cultural, mental e discursiva).

3.3.1- A dinamicidade do contexto indexical

Tradicionalmente, a dêixis é definida como a localização e a identificação de pessoas, objetos, eventos, processos e atividades sobre os quais falamos ou aos quais nos referimos *em relação ao contexto espaço-temporal, criado e sustentado pelo ato de fala e pelos participantes, que são geralmente, um falante e, pelo menos, um ouvinte* (LYONS 1977: 637). A esse espaço (**o aqui**) e tempo (**o agora**) em que se ancoram os enunciados chamamos **coordenadas dêiticas**. É a partir desse sistema de coordenadas, que tem como centro o falante (**o EGO**), que as operações de referência dêitica são realizadas.

Tendo como base o conceito de coordenadas espaço-temporais, podemos entender a idéia de **centro dêítico**, isto é, o conjunto dos pontos de ancoramento não-marcados do evento comunicativo. Considerando que a enunciação é, tipicamente, organizada de forma egocêntrica (LYONS 1968: 291) e, ainda, que na conversação o papel de falante é transferido de um participante a outro, o centro dêítico é dinâmico, de modo que a pessoa, o tempo e o lugar central do ato de fala sejam, respectivamente, o falante, o tempo em que o falante produz o enunciado e a localização do falante no momento do enunciado.

O diagrama¹⁸ abaixo ilustra a semântica de várias expressões dêiticas. De acordo com esse diagrama, os pontos não-marcados que constituem o centro dêítico são: **F** (a pessoa central é o falante); **t'** (o tempo central é o tempo no qual o falante produz o enunciado) e **Loc** (o lugar central é a localização do falante no tempo da enunciação).



Onde:

- a **figura oval** representa a situação de fala;
- **F** representa o falante e **O**, o ouvinte;
- **t** representa o tempo e **t'** o tempo do evento comunicativo em questão;
- **Loc** representa o local do evento

O diagrama ilustra, ainda, o fato de as expressões dêiticas designarem alguma entidade ao mesmo tempo em que especificam uma relação entre essa mesma entidade e um ponto de referência situado no contexto de fala. Dessa forma, tomando o falante como ponto de referência padrão, o elemento **x** designa um objeto próximo do ponto de referência **F** enquanto o elemento **y** designa um objeto distante do ponto de referência **F**.

Também é possível definir um centro dêítico para o discurso, ou seja, o ponto em que o falante se encontra na produção de seu enunciado. Finalmente, é possível estabelecer um centro dêítico social, que diz respeito ao *status* social do falante em relação aos seus interlocutores.

¹⁸ O diagrama encontra-se em RUBBA (1996: 231) e é usado para ilustrar o significado de várias expressões dêiticas.

Embora o falante seja considerado o ponto de referência padrão para o estabelecimento das relações dêiticas, é preciso reconhecer a existência de usos derivativos, ou seja, situações em que as expressões dêiticas são usadas de tal modo que o centro dêítico é transferido para outros participantes do evento de fala ou ainda para os protagonistas de textos narrativos, por exemplo. Nos termos de LYONS 1977: 579, teríamos, nesses casos, **projeções dêiticas**.

Para melhor entendermos como se dá tal projeção, devemos levar em consideração o fato de que em situações de interação face a face, falante e ouvinte partilham a mesma localização espaço-temporal. Logo os problemas ligados à referência espaço-temporal surgem, na verdade, nas situações em que os participantes encontram-se situados num espaço-tempo distinto. Nessas situações, o falante terá de adotar as coordenadas espaço-temporais de sua própria localização ou projetar-se para a localização espaço-temporal do ouvinte (LYONS 1977: 578). Assim, numa ligação *telefônica* entre o Brasil e o Japão, um falante (situado no Rio de Janeiro, às 10 horas da manhã) poderá saudar o ouvinte (situado em Tóquio) de duas diferentes maneiras: a) poderá dizer *bom dia*, optando por manter-se como ponto referencial do centro dêítico; b) poderá dizer *boa noite*, projetando-se para um contexto dêítico centrado no ouvinte. Fenômenos como o da projeção dêítica explicam por que alguns estudiosos colocam em discussão a egocentricidade dêítica, preferindo assumir que, na verdade, a subjetividade do fenômeno reside no fato de os termos dêíticos requererem uma *origo*¹⁹ para serem interpretadas, sendo que essa *origo* não tem de ser necessariamente o falante (cf. HANKS 1992: 46-75).

Outros dois aspectos fundamentais, relacionados à semântica da dêixis, são a dinamicidade do **fundo indexical** e a **estrutura relacional** da referência

¹⁹ Centro dêítico ou ponto zero, na expressão de Bühler 1934.

dêitica (conforme apresentados em HANKS 1992). Por **fundo ou contexto indexical**, devemos entender o ponto zero, relativo ao qual o referente é identificado. Tal ponto pode ser constituído pelo evento de fala no qual o ato de referência ocorre ou por alguma parcela desse evento. A estrutura relacional diz respeito ao fato de cada categoria dêitica codificar um tipo de relação entre um objeto de referência e alguma parte do evento de fala. Conclui-se, então, que um único termo dêítico estabelece, pelo menos, duas entidades: o REFERENTE (objeto, indivíduo, evento, localização espacial ou temporal) e o FUNDO INDEXICAL.

Assim, enquanto o **traço relacional** tem por função especificar o tipo de relação (imediata, não-imediata, visível, tátil, inclusiva, exclusiva, discursiva) que se estabelece entre o referente e a *origo*, o **traço indexical** especifica qual é a *origo* considerada (o falante, o ouvinte, o falante e o ouvinte, um ponto de referência anafórico).

Fator imprescindível para a compreensão do funcionamento da dêixis é a dinamicidade do contexto indexical. Nas situações espontâneas de interação face a face, é comum que os participantes movam-se através do espaço, mudem de tópico, orientem a atenção uns dos outros para objetos e eventos, enfim, troquem os mais variados tipos e informações que passarão a formar suas estruturas comuns de conhecimento. Enquanto todas essas atividades ocorrem, o contexto indexical altera-se. A seleção das expressões dêiticas pelos falantes durante o processamento discursivo é uma ótima evidência do caráter dinâmico do fundo indexical, conforme podemos observar no exemplo abaixo²⁰.

²⁰ O exemplo consta do corpus utilizado por Hanks 1992: 56 no artigo *The indexical ground of deictic reference*.

Eu tenho um sobrinho bem **aqui** em Yotholim que sabe falar inglês.

(...) **Lá** em Yotholim ele dá aulas.

No exemplo acima, temos o uso de dois dêiticos diferentes – *aqui* e *lá* – que fazem referência a um mesmo lugar, a cidade de Yotholim. Observemos que, na primeira sentença, o dêitico *aqui* indica a relativa proximidade dos participantes em relação ao local referido. Hanks argumenta que a escolha do falante tem como motivação não apenas o fato de Yotholim ser considerada uma cidade de relativa proximidade, mas também o fato do falante estar introduzindo um novo referente no fluxo discursivo. Já na segunda sentença, o falante mantém a referência anteriormente estabelecida através do dêitico exclusivo *lá*.

Muitas vezes a situação comunicativa atual não pode ser tomada como o contexto dentro do qual é possível encontrar o referente apropriado para os dêiticos. Nesse caso é preciso que os participantes lancem mão de contextos indexicais alternativos. Segundo RUBBA 1996: 230, os *espaços mentais* e também os *modelos cognitivos idealizados* (conforme apresentados no capítulo 2 deste trabalho) podem funcionar como fontes de domínios alternativos nos quais os participantes podem se basear para o uso e a interpretação corretos das expressões dêiticas.

Analisemos um outro exemplo bastante interessante que revela não apenas o caráter dinâmico do fundo indexical, mas também a necessidade de buscarmos alternativas para a interpretação de expressões dêiticas cujo referente não pode ser encontrado no contexto comunicativo imediato. Tal fato é bastante comum, por exemplo, quando os participantes se vêem diante da tarefa de encontrar referentes para os dêiticos que figuram no discurso reportado. Imaginemos uma

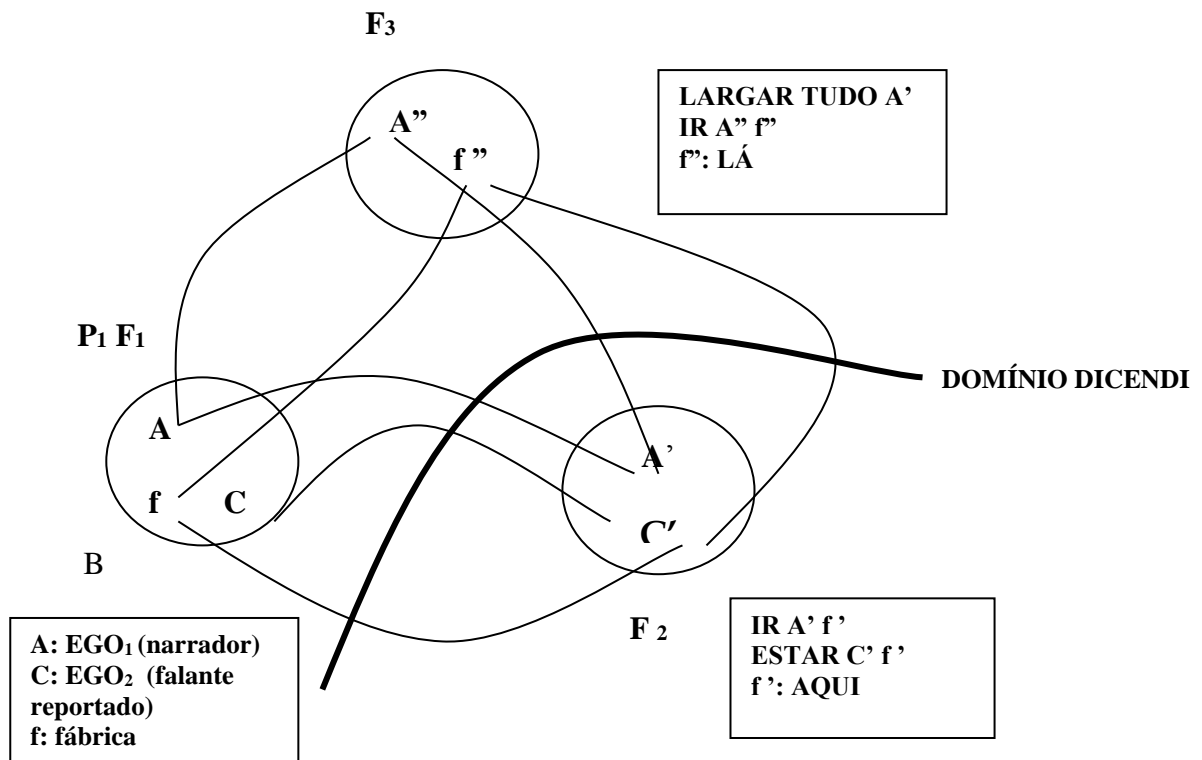
situação em que os colegas de trabalho A e B estejam num bar conversando sobre C, um colega ausente. Num determinado ponto da conversa, A diz a B:

... Ontem, eu tava com C na fábrica quando ele disse:
“vem **aqui** rápido!” eu larguei tudo e fui correndo pra **lá**.

Embora A tenha usado o dêitico *aqui*, que canonicamente indica um lugar que inclui o falante no momento do enunciado, na situação em questão, *aqui* não faz referência ao lugar em que A e B encontram-se no momento (o bar), mas ao lugar ocupado por C. Vemos assim que o contexto comunicativo imediato aos participantes A e B não pode ser usado como fundo indexical. B terá, então, que acessar o referente através de uma operação de projeção dêitica. No discurso reportado, a *origo* é projetada do evento enunciativo atual para um evento enunciativo relatado. Observemos que, quando o falante A (EGO₁) sai do *domínio de fala*²¹ (ou domínio *dicendi*), a referência ao local ocupado por C (EGO₂) é feita através do dêitico *lá*, que, em situações canônicas, indica um espaço que exclui falante e ouvinte no momento do enunciado.

No exemplo proposto acima, o domínio *dicendi*, suscitado pela enunciação do verbo *dizer*, permite que tomemos como ponto de referência para a identificação do local estabelecido pelo uso do dêitico *aqui* não o falante A (falante da situação discursiva atual), mas o falante C (falante do discurso reportado), conforme ilustrado no diagrama abaixo, em que se representa distintamente a rede de contraposições espaciais.

²¹ Denominamos *domínio de fala* o domínio discursivo desencadeado por um verbo *dicendi*, como *dizer*, por exemplo.



3.3.2 – Tipos de uso das expressões dêiticas

Segundo FILLMORE (1971) 1997: 62, podemos fazer três diferentes usos das expressões dêiticas: uso gestual, uso simbólico e uso anafórico. O **uso gestual** requer para sua interpretação o monitoramento físico de algum aspecto da situação comunicativa corrente. Trata-se de usos que, geralmente, são acompanhados de algum tipo de gesto, expressão facial ou direcionamento do olhar que indiquem o referente para o interlocutor.

Já o **uso simbólico** requer, para sua interpretação, o conhecimento das coordenadas espaço-temporais do evento de fala, não importando que tal conhecimento tenha ou não origem na percepção dos fatores físicos que envolvem a situação em questão. LEVINSON 1983: 65 ressalta também a importância de se levar em consideração o conhecimento do papel dos participantes e dos parâmetros discursivos e sociais.

O **uso anafórico** ocorre quando a expressão dêitica utilizada aponta um elemento que lhe é co-referencial. Questões ligadas à interseção entre as funções dêiticas e as funções anafóricas serão discutidas quando tratarmos da dêixis textual.

Para a melhor compreensão desses três possíveis usos, observem-se os seguintes exemplos:

- (1) Tire os pratos do armário e coloque-os **lá** (apontando-se com o dedo indicador).
- (2) As crianças estão **aí**?
- (3) Fui à *casa de Ana*_i e o Pedro estava **lá**_i.

Em (1), o termo em negrito tem como referente o lugar para o qual se aponta. Sem o gesto, seria necessário que o lugar a que se faz referência fizesse parte do conhecimento prévio partilhado pelos participantes e que pudesse ser facilmente recuperado pela memória do ouvinte. Em (2), o termo em negrito faz referência ao local em que o ouvinte se encontra no momento do enunciado, sendo que sua simples presença física é sinal suficiente para a interpretação adequada do enunciado. Em (3), temos um uso anafórico, uma vez que as

condições de co-referencialidade foram satisfeitas: *lá* se refere ao local designado numa parte do discurso imediatamente anterior, *a casa de Ana*.

3.3.3 – Categorias da dêixis

Os estudos da dêixis postulam cinco tipos de manifestações deste fenômeno: dêixis pessoal; dêixis temporal; dêixis espacial; dêixis discursiva e dêixis social. Aqui nos interessam basicamente as dêixis temporal, espacial e discursiva.

Primeiramente é preciso que fique claro que as categorizações lingüísticas de tempo e espaço podem apresentar usos dêíticos e não-dêíticos. Para explicar a diferença entre os dois usos, Fillmore faz alusão à diferença entre uma figura humana esculpida e uma figura humana fotografada. A escultura, colocada no centro de um pátio, por exemplo, não representa o ponto de vista particular de nenhum observador – temos nesse caso a imagem de uma representação não-dêítica. Já a fotografia revela um determinado ponto de vista, o ponto de vista assumido pelo fotógrafo em relação ao modelo fotografado ao manusear a câmera. Os termos dêíticos sempre revelam uma determinada perspectiva, uma vez que é a partir de um sistema de coordenadas espaço-temporais que os participantes se orientam para sua interpretação.

A comparação feita acima nos ajuda a distinguir entre usos dêíticos e usos não-dêíticos das expressões espaciais. Quando os conceitos de orientação espacial são definidos a partir de um ponto de vista (geralmente o do falante), temos usos dêíticos; mas, quando nos apoiamos nas orientações espaciais

intrínsecas dos seres, temos usos não-dêiticos. A interação entre a conceptualização dêitica e não-dêitica do espaço, muitas vezes, oferece dificuldades para os participantes. Não é raro, portanto, que enunciados, como *Pedro está logo ali, sentado à esquerda, ao lado de Maria*, sejam seguidos de pedidos de esclarecimento, como por exemplo, *À esquerda de Maria* (interpretação não-dêitica) *ou à minha esquerda?* (interpretação dêitica).

Portanto, a **dêixis espacial** diz respeito à gramaticalização ou à lexicalização das localizações espaciais relativas à situação dos participantes na cena comunicativa. A concepção dêitica de espaço apóia-se, assim, nas coordenadas ancoradas no lugar do enunciado. Devemos nos lembrar, no entanto, que há situações que exigem operações de projeção dêitica. Nesses casos, o centro dêítico é projetado para domínios alternativos que passarão a constituir o fundo indexical com base no qual faremos a interpretação adequada do termo dêítico em questão.

Embora a maioria das línguas gramaticalize, pelo menos, a distinção entre proximidade e distância, nem todas conceptualizam essa distinção da mesma forma. No inglês, como no português, por exemplo, essas distinções encontram-se gramaticalizadas nos pronomes demonstrativos e nos advérbios dêíticos de lugar. No entanto, enquanto o inglês apresenta dois fundos indexicais (falante X ouvinte) e dois traços relacionais (próximo X distante), o português apresenta três fundos indexicais (falante X ouvinte X falante e ouvinte), mas apenas dois traços relacionais (próximo X distante).

Dessa forma, em inglês o advérbio *here* (local próximo do falante) se opõe a *there* (local distante do falante ou próximo do ouvinte)²². Já o português gramaticaliza essa mesma distinção em três diferentes formas: *aqui* (local próximo do falante); *aí* (local próximo do ouvinte) e *lá* (local distante do falante e do ouvinte). Assim, quando os falantes de língua inglesa precisam referir-se a localidades distantes tanto do falante quanto do ouvinte, recorrem a expressões como *over there*, por exemplo.

Segundo HANKS 1992:60, *a maior parte das línguas codifica maior número de distinções entre os tipos de referentes do que entre os tipos de origo indexical*. Desse ponto de vista, línguas como o português, em que o fundo indexical é mais finamente subcategorizado do que o foco referencial, são atípicas. Não podemos nos esquecer, no entanto, de que relações como proximidade e distância são muitas vezes categorias subjetivamente determinadas, o que leva os falantes à criação de expressões muito interessantes como “pra lá de Marrakesh” ou “lá onde Judas perdeu as botas”, dentre outras, para ampliar ou diminuir tais dimensões.

Se, por um lado, a dêixis espacial codifica as localizações espaciais em coordenadas ancoradas no *lugar do enunciado*, a **dêixis temporal** codifica o tempo em coordenadas ancoradas no *tempo do enunciado* (LEVINSON 1983:62). Para melhor entendermos o fenômeno da dêixis temporal, faz-se necessário distinguir entre duas perspectivas temporais (conforme apresentadas em FILLMORE (1971) 1997): de um lado temos o momento em que a mensagem é enviada (*coding time*) ou tempo de codificação (TC); de outro,

²² Segundo Levinson 1983: 80, *there* pode significar “distante da localização do falante no tempo de codificação do enunciado”, mas também “próximo do ouvinte no tempo de recepção do enunciado”. O uso gestual favoreceria a primeira interpretação e o simbólico, a segunda.

temos o momento em que a mensagem é recebida (*decoding* ou *receiving time*) ou tempo de recebimento (TR).

Nas situações de interação face a face, que representam as situações canônicas de comunicação, podemos considerar que TR é idêntico a TC. Nos termos de LYONS (1977: 685), trata-se de um caso de simultaneidade dêitica. Conforme discutimos anteriormente, os casos mais complexos são, portanto, aqueles que exigem uma decisão quanto a manter o centro dêitico no falante e no momento da enunciação ou projetá-lo no ouvinte e no momento de recebimento. Assim, quando escrevemos uma carta, por exemplo, devemos decidir entre manter o tempo verbal em TC – *Escrevo esta carta para lhe dizer que viajo amanhã para Paris* – ou ancorá-lo em TR – *Escrevi esta carta para lhe dizer que viajei para Paris*.

Fillmore afirma existir um paralelismo entre as noções de espaço e tempo. Tal paralelismo permite, por exemplo, que falemos também em *lugar de codificação* e *lugar de decodificação*. Sugere, ainda, que é possível pensar, metaforicamente, no ato de comunicação como movimento – a viagem da mensagem de uma pessoa à outra. Tendo como base essa metáfora, podemos dizer que, quando falante e ouvinte estão no mesmo lugar, temos o lugar da enunciação (*coding place*) – *Que bom que você está aqui!*²³ Quando a localização do falante e do ouvinte for distinta, podemos falar em lugar de codificação (*encoding place*) e lugar de decodificação (*decoding place*) – *Aqui está correndo tudo bem, como estão as coisas aí?*

²³ Devemos considerar ainda a possibilidade de dizer, por exemplo, ao telefone “que bom que você está aqui”, para uma pessoa dissociada de minha presença física imediata, mas que está presente na mesma cidade (ou no mesmo Estado ou no mesmo país). O lugar da enunciação é, portanto, calculado, a partir de condições locais de relevância, determinadas pelas intenções comunicativas da situação em questão.

A projeção metafórica da dimensão ESPAÇO na dimensão TEMPO é um fenômeno bastante produtivo na linguagem e oferece importantes subsídios para a investigação da dêixis. Tal projeção está presente, por exemplo, no uso anafórico de expressões dêiticas, questão que passamos a desenvolver.

A dêixis discursiva ou textual diz respeito à escolha de elementos lexicais ou gramaticais que indicam alguma parte ou aspecto do discurso em processamento (FILLMORE (1971) 1997: 103).

Há autores, como BÜHLER (1934 apud FONSECA 1996), por exemplo, que distinguem entre dêixis indicial e dêixis textual. Essas duas tipologias diferem em relação ao contexto compartilhado que viabiliza o caráter mostrativo dos dêiticos. Na dêixis indicial, o contexto compartilhado é a situação física da enunciação. Já a dêixis textual tem como contexto os segmentos discursivos que compõem o co-texto. *Nesse espaço textual, a função mostrativa dos dêiticos realiza-se como anáfora ou como catáfora, conforme remetem para uma pré-informação ou para uma pós-informação* (FONSECA 1996: 441).

Fenômeno muito interessante é o modo como a distinção dêitica básica entre proximidade e distância opera na referência anafórica. O uso de demonstrativos e de determinados advérbios espaciais, na dêixis textual e também na anáfora, está relacionado ao uso desses itens lingüísticos na dêixis espacial. Podemos associar esse fenômeno à projeção metafórica da dimensão ESPAÇO na dimensão TEMPO, que nos possibilita, dentre outras coisas, correlacionar antecedência temporal à precedência espacial. Tal metáfora permite, assim, a concepção de uma dimensão espacial do discurso, que se processa linear e temporalmente, à medida que o falante produz seus atos de fala. Dessa forma é possível referir-se a determinadas partes do discurso,

fazendo-se uso dos dêiticos espaciais, como por exemplo: *o que discutimos aqui, neste capítulo, será retomado no capítulo seguinte de forma mais detalhada.*

Em muitas línguas, dentre as quais, o português, o espanhol e o francês, por exemplo, os pronomes demonstrativos que indicam proximidade são usados, anaforicamente, para se referirem ao mais próximo de dois possíveis antecedentes (*este; éste; celui-ci*, respectivamente), enquanto os demonstrativos que indicam distância são usados para se referirem ao mais remoto de dois possíveis antecedentes (*aquela; ése/ aquel; celui-là*, respectivamente). Em português, o seguinte exemplo ilustra o que acabamos de dizer: *Pedro; e João; são ótimos médicos; este; é pediatra e aquele; ortopedista.*

É interessante notar, ainda, que ao transpormos as expressões dêiticas da dimensão física contextual (*Eu quero este doce e não aquele*) para a dimensão discursiva, a característica básica da dêixis – orientar a atenção do ouvinte, apontando para um determinado referente – mantém-se²⁴. No primeiro caso, o falante usa a linguagem para apontar para entidades fisicamente presentes na situação comunicativa; no segundo, o falante usa a linguagem para apontar para entidades discursivamente presentes. Temos, então, a linguagem como contexto da própria linguagem.

²⁴ Vale ressaltar que, na verdade, trata-se de **presença cognitiva** nos dois casos: em um caso, suscitada por MARCAS FÍSICAS (semiose, visual, gestual, auditiva, etc); em outro, suscitada por MARCAS LINGÜÍSTICAS (semiose verbal).

3.3.4- Dêixis e focalização

Muitos estudos da linguagem negligenciam a importante relação que se estabelece entre o evento focal e o contexto em que ele se apóia. Vimos, no entanto, que a dêixis constitui uma irrefutável evidência de que os traços contextuais não podem ser relegados a uma condição secundária, já que as expressões dêíticas incorporam na sua própria estrutura semântica a *origo* indexical que orienta o ouvinte para a identificação do referente. Assim, um item dêítico carrega sempre uma instrução que direciona a atenção do ouvinte para localizar o referente em algum ponto do contexto, seja esse contexto um domínio físico-perceptual, discursivo, ou mesmo, conceptual. É, assim, nessa função mostrativa, e ao mesmo tempo direcional, desempenhada pelas expressões dêíticas, que apoiaremos nossa concepção de **focalização dêítica**.

HANKS 1992: 57 reconhece na estrutura da dêixis dois diferentes pólos: o referencial, representado pelo referente (*denotatum*) e o indexical, representado pela *origo* indexical. Esses dois pólos não são coordenados entre si, mas, ao contrário, caracterizam-se por uma relação de oposição entre **figura** (o referente) e **fundo** (a *origo* indexical). Essas duas estruturas foram incorporadas ao trabalho de diferentes estudiosos de diferentes linhas de pesquisa²⁵, mas basicamente refletem o fato de as línguas, muitas vezes, organizarem-se de modo que algumas entidades sejam colocadas em primeiro plano, ao passo que outras ficam nos planos de fundo.

²⁵ Em Talmy (1978 apud HANKS 1992: 61), por exemplo, a figura é concebida como uma entidade móvel e localizada em relação a um fundo estático. Em Talmy 1996, essa visão é refinada e encontramos a idéia de focalização primária e secundária aplicada a cenas espaciais.

No que diz respeito à dêixis, o fundo corresponde ao espaço compartilhado entre os participantes, sendo que é preciso entender esse espaço não apenas como dimensão física, mas também como dimensão conceptual. A figura corresponde ao referente focado.

Segundo Hanks, tanto os **traços relacionais** (próximo/distante; inclusivo/exclusivo, etc.) quanto os **caracterizantes** (humano; animado; pontual; restrito, etc.) servem para focalizar o pólo referencial na relação dêitica, embora cada um faça isso a sua maneira. Os traços caracterizantes aplicam-se diretamente ao referente, descrevendo-o ou descrevendo seu papel na proposição. Já os traços relacionais subcategorizam a ligação entre o referente e a origo indexical.

Para uma interpretação satisfatória dos termos dêiticos, muitas vezes, não basta que os participantes partilhem o mesmo espaço perceptual, mas também é necessário que compartilhem conhecimento prévio suficiente. Tomemos o seguinte exemplo:

A e B trabalham juntos em uma grande construção e estão em um refeitório, situado a alguns metros do seu lugar de trabalho, quando A pergunta a B sobre uma ferramenta com a qual vai trabalhar em seguida.

A: Você sabe onde está o martelo?

B: Está lá. (responde B, fazendo um gesto vago na direção da construção).

Observemos que, embora B tenha dado indicações muito vagas a respeito da localização exata do martelo, A se dá por satisfeito com a informação. Como o dêitico espacial *lá* indica apenas que o lugar referido exclui falante e ouvinte, A deverá contar também com as informações prévias partilhadas com B, para inferir o lugar que seu interlocutor tem em mente. Segundo HANKS 1992:59, a

descrição correta nesse caso é que o campo espacial e cognitivo partilhado na interação é o *fundo* relativo ao qual o local a que se faz referência é individualizado como uma *figura* referencial.

Dessa forma, assim como figura e fundo organizam o campo visual, a referência dêitica organiza o campo da interação, diferenciando entidades projetadas em primeiro plano de outras entidades que são colocadas nos planos de fundo.

Outro conceito central no estudo da referência dêitica é a **simetria indexical**. Fundos indexicais egocêntricos (centrados no falante) e altercêntricos (centrados no ouvinte) são assimétricos, visto que separam os participantes. Já o fundo sociocêntrico, constituído pelo conhecimento compartilhado por ambos, é simétrico, uma vez que une falante e ouvinte e os coloca, aproximadamente, em uma mesma condição em relação ao referente. Os fundos indexicais sociocêntricos permitem que participantes que estejam separados espacial e perceptualmente possam apoiar-se em conhecimentos comuns, baseados na experiência anterior ao evento de fala, para identificar corretamente o referente.

No que diz respeito à simetria indexical, algumas considerações são ainda de grande importância. Existem, por exemplo, poucas expressões dêiticas que podem ser usadas apropriadamente em contextos altamente assimétricos, quando os participantes não compartilham informações e orientações espaciais e perceptuais básicas. O enunciado *Quero estes doces aqui e não aqueles lá* quase nada significa numa situação comunicativa em que falante e ouvinte não compartilhem o mesmo campo perceptual. Por outro lado, quanto maior a simetria, isto é, quanto maior o número de informações compartilhadas pelos

participantes em relação ao fundo indexical, mais precisamente eles poderão individualizar os referentes.

3.3.5- Limites do tratamento tradicional dado ao estudo das expressões dêiticas

É grande o número de exemplos que evidenciam o uso de dêiticos espaciais como operadores de focalização, entretanto, descobrir as motivações comunicativas que levam à escolha de uma ou outra expressão dêitica nem sempre se revela uma tarefa fácil de executar. O tratamento tradicional dado pelas nossas gramáticas ao estudo dos **advérbios de lugar** pouco, ou quase nada, pode nos oferecer. Os manuais de gramática normativa do Português do Brasil dedicam não mais que algumas páginas ao estudo dos advérbios, limitando-se, geralmente, a conceituá-los, a classificá-los – segundo a circunstância que exprimem – e a apresentarem considerações quanto à sua colocação. Muito pouco espaço é dedicado também ao uso dessas palavras. Não é raro que se encontrem algumas poucas afirmações isoladas, seguidas de alguns exemplos, e sem nenhuma sistematização: “O advérbio **aqui** assume, por vezes, nas narrativas, sentido temporal (nesse momento, nesse ponto): *Aqui uma nuvem escura envolveu-lhe o espírito*” CEGALLA 1981: 369.

Estudos na área da Lingüística têm dedicado maior espaço ao assunto. BOMFIM 1988, por exemplo, aponta inadequações do tratamento dado aos advérbios pelas nossas gramáticas, propondo algumas reformulações na teoria tradicional. Argumenta, por exemplo, que determinados advérbios de tempo e de lugar deveriam ocupar a classe dos pronomes, uma vez que partilham com eles a

dêixis, a referência e a possibilidade de exercer a função de sujeito (BOMFIM 1988:32). Ex.: **Aqui** é bom para viver.

Os estudos da Linguística Textual, por exemplo, que ganharam grande projeção na década de setenta, acrescentam aspectos interessantes ao uso de alguns advérbios espaciais dêíticos, tratados como advérbios pronominais. Apoiando-se nesses estudos, KOCH 1989 faz um levantamento das principais formas referenciais em português, dentre as quais se encontram determinados advérbios de lugar utilizados para fazer *remissão, anafórica ou cataforicamente, a um ou mais constituintes do universo textual* (KOCH 1989: 37). Ex.: *Morava perto de um **bar**₍₁₎. **Lá**₍₁₎ conheci Pedro.*

Considerando que, tradicionalmente, apenas três categorias dêíticas eram reconhecidas – pessoa, espaço e tempo - o reconhecimento de um centro dêítico discursivo não deixa de representar um avanço. No entanto, mesmo com os saltos significativos dos estudos lingüísticos, cujos méritos não podemos deixar de reconhecer, a dêixis geralmente vem sendo tratada sob uma ótica bastante tradicional, no que diz respeito à ênfase dada ao papel da situação de fala imediata em prejuízo de outras possíveis situações de referência, tratadas, geralmente, como casos periféricos.

Nosso ponto de vista, no entanto, é justamente outro. Análises recentes mostram que, na verdade, os pontos de referência para a ancoragem dêítica são muito dinâmicos, mudando ao longo do processamento discursivo e envolvendo os sujeitos em uma série de operações cognitivas²⁶. Argumentamos assim que a situação comunicativa imediata é apenas um dos domínios em atuação no cálculo da referência dêítica. Os casos de projeção dêítica são, dessa forma, o

²⁶ Referimo-nos, principalmente, ao trabalho de RUBBA (1996) já mencionado neste capítulo.

nosso objeto principal de pesquisa e não casos marginais que mereçam apenas pequenas notas de rodapé.

Quando se trata de analisar a ocorrência dos dêiticos espaciais como focalizadores, a determinação das motivações contextuais que levam os falantes à escolha de um ou de outro item dêitico torna-se bastante complexa. Nas situações de interação face a face, principalmente, a necessidade de considerarmos outros domínios para a ancoragem dêitica mostra-se de maneira bastante clara. Tomemos como exemplo o seguinte fragmento de texto que reproduz a interação entre professores do Projeto Pró-Leitura (PF: professor-formador; E: professor beneficiário do projeto):

Fragmento recortado do encontro do dia 13 de maio de 1997

T01: PF: (...) acho que eu queria colocar para vocês duas questões que eu acho ajudam vocês a compreender o cenário desse trabalho (+) eu trouxe duas coisas dois textos pra gente só tocar neles com vocês hoje (+) um desses textos foi o último livro do Paulo Freire que saiu recentemente que é a Pedagogia da Autonomia (+) não sei se vocês já tiveram acesso a ele (+) que ele fez questão de fazer numa edição de papel jornal que custa três reais (+) eu gostaria (+) eu estou indicando (+) trazendo esse livro hoje porque me deu até uma vontade de dedicar nosso trabalho a Paulo Freire (+) eu acho uma forma da gente ter é um compromisso com esse trabalho nosso (+) porque eu acho que nós estamos fazendo e quem ler *isso daqui* vai ver que Paulo Freire está mandando a gente fazer o que a gente está tentando fazer (+) está sugerindo que a gente faça isso (+) que a gente trabalhe na prática e na reflexão (+) que a gente não separe as duas coisas (+) que a gente caminhe junto (+) então se vocês lerem vão ver que a gente tá buscando de uma forma imperfeita o que o Paulo Freire está sugerindo de uma forma muito mais perfeita do que nós estamos tentando (+) mas isso tem muito do que a gente tá tentando fazer junto ta' (+) porque uma coisa é declamar Paulo Freire (+) dizer que sou um teórico especialista em Paulo Freire (+) isso na verdade (+) eu não quero ser nada disso (+) eu queria de longe tentar fazer alguma coisa que ele sugeriu na ação entre os homens (+) e essa é minha intenção junto com vocês

T02: E: (incompreensível)

T03: PF: É essa nossa intenção

T04:E: essa é a meta dele

T05:PF: exato (+) eu acho que tem muito desses embates nossos (+) essas tentativas (+) tá muito *ali* (+) então se vocês lessem (+) vocês iam encontrar um pouco da nossa luta *ali* dentro eu acho que é gratificante pra nós (+) o outro é esse livro *aqui* que eu posso até depois xerocar algum artigo pra quem quiser (+) mas o livro é um livro caro porque é importado é um livro numa edição portuguesa (+) aqui vocês tem (+) é muito mais interessante (...)

No fragmento acima “PF” orienta a atenção dos demais participantes para dois diferentes objetos que, em momentos diferentes do fluxo discursivo, constituirão o tópico da interação em questão: *o livro de Paulo Freire e o livro*

caro de edição portuguesa. Em T01, “PF” focaliza *o livro de Paulo Freire* através do dêitico espacial *aqui* (“quem ler isso daqui”) e em T05 através do dêitico *ali* (“essas tentativas (+) tá muito *ali* (+) então se vocês lessem (+) vocês iam encontrar um pouco da nossa luta *ali* dentro”). Considerando apenas a situação imediata de comunicação, poderíamos dizer que as motivações contextuais para a escolha diferenciada dos dêiticos devem-se à diferente localização do objeto focal no campo visual dos participantes: em T01, é possível supor que o objeto se encontra nas mãos do falante e em T05 em algum lugar de acesso um pouco mais distante.

No entanto não podemos deixar de considerar que, em T05, não se faz referência ao lugar onde se encontra o objeto, mas ao próprio objeto como lugar: *ali* é o próprio livro. A escolha do marcador **distal** terá pelo menos duas motivações comunicativas: a primeira seria seu relativo afastamento anafórico (trata-se de discutir um tópico introduzido anteriormente) e a segunda, possivelmente mais importante, é o contraste que a locutora quer estabelecer entre *o nosso trabalho aqui* e *o discurso dele ali*.

Devemos considerar também que o livro não é apenas o objeto para o qual se aponta de forma diferenciada, conforme sua trajetória na cena física (próximo ou relativamente distante do falante), mas que se trata de um objeto apresentado em espaços distintos ao longo do fluxo discursivo, conforme a intenção do falante em situá-lo de forma diferenciada no campo atencional dos participantes. Existe, pois, uma sobreposição dos campos visual e atencional, de modo que o uso do dêitico *ali* (T05) também sinaliza um distanciamento *do livro de Paulo Freire* como objeto focal principal, uma vez que, logo em seguida, há o anúncio do próximo tópico discursivo, *o livro caro de edição portuguesa* (“é esse livro

aqui que eu posso até depois xerocar”). O objeto que o EGO afasta na cena física é também o objeto afastado numa cena discursivamente projetada.

Fenômenos como esse, por constantes que sejam na fala corrente, não têm merecido maior destaque nos estudos lingüísticos: na tradição gramatical são mal-reconhecidos e nas abordagens mais recentes reduzidos à distinção das relações paradigmáticas entre as formas. Da semântica e da pragmática das expressões dêiticas, portanto, muito há ainda a explorar.

4- Os processos da dêixis espacial no gerenciamento do fluxo atencional

4.1- O problema: focalização e enquadramento na cena comunicativa

No capítulo anterior, postulamos que as atividades humanas, destacadamente as atividades comunicativas, desenvolvem-se dentro de um contexto. Argumentamos também que o contexto é formado pela integração dinâmica e processual de diversas semioses co-ocorrentes e também concorrentes. Vimos que dependendo das condições de relevância, uma tosse pode significar que um dos interactantes está doente ou, em outra situação, pode ser a sinalização da necessidade de uma reorientação comunicativa, devido à interferência de algum intruso.

A pergunta que fazemos então é “de que forma os sujeitos selecionam o que é relevante para a construção do significado, se nem tudo o que é perceptual ou conceptualmente acessível deve ser considerado?” Para respondermos a essa pergunta, devemos levar em consideração que as relações sociais de um modo geral são relações de colaboração. Quando nos comunicamos, a necessidade de colaboração evidencia-se de tal forma que podemos afirmar que, sem a colaboração mútua dos interactantes, a comunicação eficaz, praticamente, inviabiliza-se. Logo **as condições de relevância não são completamente definidas a priori, mas são fruto de um processo de negociação desenvolvido à medida que o discurso se produz.**

Outra questão que se coloca neste momento diz respeito à natureza perspectivista da linguagem. Isto é, cada situação comunicativa é um recorte do mundo, ou melhor, é um recorte da maneira como os sujeitos experienciam e representam o mundo. Isto significa que toda parcela de linguagem sinaliza um ponto de vista: **o ponto de vista a partir do qual o sujeito vê o mundo ou deseja que ele seja visto pelos outros sujeitos**. A pergunta que fazemos agora é: se o mundo é tão vasto e se são tantas as experiências vividas, como os sujeitos negociam entre si esses enquadramentos? Como fazemos ver aos outros o que desejamos e do ponto de vista que queremos?

Argumentamos no sentido de que a cada um desses enquadramentos correspondem **eventos de compartilhamento da atenção**. Assim uma comunicação eficiente requer o engajamento numa série de processos de colaboração que visam à orientação mútua dos sujeitos na determinação não apenas das semioses relevantes, entre as várias presentes numa dada situação comunicativa, mas também à orientação mútua dos sujeitos no sentido de determinarem que elementos do mundo farão parte do campo de atenção compartilhada.

Dessa forma duas coisas nos interessam neste trabalho: a **capacidade que as pessoas têm de se orientarem mutuamente em relação ao mundo sociofísico e o estudo da dêixis como estratégia lingüística proeminente nos processos de socialização da atenção**.

Conforme discutimos no capítulo anterior, os eventos de compartilhamento da atenção correspondem ao que é **intencionalmente enquadrado pelos participantes**. Esse enquadramento conjunto é, pois, **processualmente negociado**.

4.1.1- Formas dêíticas: irradiação semântica e delimitação de escopo

Devemos considerar que, muitas vezes, para procedermos a uma interpretação adequada da referência dêítica, devemos considerar a sobreposição de uma ou mais bases de conhecimento. O mundo físico, o cultural, o ideológico etc. não são entidades estanques, sendo que, quando processamos os dados necessários para a construção do sentido, estamos, na verdade, manipulando uma série de informações que são acessadas via diferentes domínios que se encontram sobrepostos.

Observemos com atenção o quadro abaixo em que se apresentam alguns exemplos de dêixis textual, mais especificamente casos de anáfora:

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">1- Bretasi. Preço baixo é <i>aqui</i>.2- Caixa Econômica Federali. Seu futuro está <i>aqui</i>.3- Bahiai. O Brasil nasceu <i>aqui</i>.4- Globoi. A gente se vê por <i>aqui</i>. |
|--|

Trata-se de enunciados aos quais temos acesso no cotidiano, através de diferentes veículos de informação, tais como folhetos de propaganda, outdoors, emissoras de TV etc. A intenção comunicativa desses enunciados é claramente publicitária e a estratégia discursiva utilizada é a orientação da atenção para um determinado domínio conceptual que se deseja compartilhar com o interlocutor.

É interessante notar, em primeiro lugar, a produtividade de estruturas sintáticas de natureza bastante semelhante, em que temos a topicalização do referente relevado e a sua posterior retomada pelo dêítico espacial *aqui*, que lhe

é co-referencial e que ocorre como predicção locativa à cópula (exemplos 1 e 2) ou como complemento circunstancial (exemplos 3 e 4). Em segundo lugar, ressaltamos o fato de que a estrutura sintática semelhante não garante, no entanto, que o contexto, através do qual se dá a referência dêitica, seja o mesmo nos quatro enunciados apresentados. Com exceção, talvez, do enunciado 3, o lugar a que o dêitico aqui se refere não é o supermercado, o banco ou a emissora representados como estruturas físicas, mas como instituições (comercial, financeira e cultural, respectivamente).

Analisando mais de perto o enunciado 4 – Globo. A gente se vê por aqui – podemos assegurar que dificilmente um telespectador interpretaria o enunciado como um convite para um encontro na sede da Rede Globo de Televisão, situada no Rio de Janeiro. Muitos são os fatores que, de uma certa forma, bloqueiam essa interpretação quando o interlocutor é um entre tantos telespectadores comuns que ouvem o enunciado através do aparelho de TV. Entre eles, ressaltamos a compreensão que os sujeitos têm do enquadre considerado, isto é, o que está sendo enquadrado não é a sede da emissora, mas sua contraparte institucional, que pode ser ainda mentalmente representada como domínio cultural (a Globo que faz novelas de qualidade), político (a Globo que elegeu Fernando Collor), formador de opinião (a Globo que destruiu a imagem do Eurico Miranda), entre muitos outros.

O que interessa a uma emissora de TV é a audiência do telespectador, logo o domínio relevado nesse caso é o conjunto da produção televisiva da Globo. Isso significa que, embora a intenção comunicativa principal do enunciado seja uma – chamar a atenção do telespectador para um lugar que se deseja compartilhar – esse lugar pode ser representado em diferentes domínios por diferentes sujeitos (e também pelo mesmo sujeito em circunstâncias diferentes), dependendo do valor atribuído ao objeto representado.

Finalmente, levemos em consideração o possível estranhamento que poderia causar o enunciado “a gente se vê por **aqui**”, uma vez que a forma mais recorrente na linguagem cotidiana seja “a gente se vê por **aí**”. A escolha pela forma menos recorrente é também nesse caso bastante reveladora, visto que a expressão consagrada pelo uso coloca no plano de atenção do interlocutor um lugar vago, indeterminado, fortuito – “por **aí**”, geralmente, tem como referente qualquer lugar ou um lugar que não nos é possível identificar. Por outro lado, “por **aqui**” direciona o interlocutor para o lugar que se deseja compartilhar como foco principal de atenção²⁷.

Consideremos ainda o seguinte quadro de exemplos:

- | |
|--|
| 5- Vem <i>aí</i> a próxima novela das oito. |
| 6- Vem <i>aí</i> mais um campeão de audiência. |

Assim como nos exemplos destacados no quadro anterior, os enunciados 5 e 6 apresentam uma estrutura sintática bastante produtiva na linguagem cotidiana do Português do Brasil. Ao contrário dos exemplos do quadro anterior, entretanto, o objeto que se pretende negociar como foco da atenção não aparece numa construção topicalizada, mas como sujeito posposto da oração, de modo que a atenção do interlocutor é “armada” para, em seguida, apresentar-se o elemento que se deseja compartilhar com o interlocutor²⁷. Essas construções são bastante utilizadas como estratégia de marketing, quando se deseja, por exemplo, preparar a atenção do interlocutor para objetos que ainda não fazem parte do plano atencional atual.

²⁷ Esse aspecto do fenômeno será melhor desenvolvido nas seções seguintes.

²⁷ Temos também exemplos em que o sujeito aparece anteposto, como “Silvio Santos vem *aí*”, “O frio vem *aí*”; no entanto, nossa intuição é a de que a inversão da ordem canônica – Sujeito/Verbo/Adjunto – propicia o efeito de expectativa, um recurso bastante utilizado nas estratégias publicitárias.

Nos exemplos destacados, os dêiticos espaciais aqui e aí figuram em enunciados que têm com objetivo comunicativo a orientação da atenção, no entanto, a estratégia de orientação utilizada nos exemplos de cada um dos quadros é diferente. Enquanto nos enunciados de 1 a 4 o dêitico espacial aqui retoma o domínio conceptual que se deseja negociar como foco atencional, nos enunciados 5 e 6 o dêitico espacial aí cria um espaço de expectativa que orienta a atenção para um evento posterior ao momento da enunciação. Trata-se assim de uma espécie de “**reserva atencional**”, o que vem provar a capacidade que têm os falantes de se engajarem em diferentes processos de manipulação da atenção. Isto é, os falantes não se limitam a negociar a atenção, apoiando-se apenas no contexto comunicativo imediato, mas se esforçam também por garantir a negociação do foco atencional em diferentes domínios.

Assim a diferença entre esses enunciados e os anteriores está, entre outras coisas, na perspectiva atencional adotada pelos falantes e negociada com os interlocutores ou, mais especificamente, no enquadre reivindicado para os eventos que desejamos negociar como foco atencional. É importante observar ainda que, nos exemplos do primeiro quadro, os interlocutores (o enunciador institucional e o leitor/ouvinte) são enquadrados como freqüentadores de um mesmo domínio: no caso do enunciado 4 a co-instanciação é, inclusive, expressa, ao contrário dos demais casos em que ela é apenas virtual, configurando-se como um convite ao deslocamento. O dêitico espacial aqui se apresenta, assim, como o lugar partilhado pelos interlocutores. Já nos enunciados destacados no segundo quadro de exemplos, o espaço referenciado no futuro não é – nem pode ser – aquele em que o enunciador se localiza.

Os exemplos mostram que o desdobramento do contexto comunicativo em diferentes domínios e o entendimento de que o contexto pode organizar-se em

diferentes planos de atenção são as evidências que nos levam a assumir que a relação entre dêixis e contexto é muito mais refinada do que possa parecer à primeira vista. É, pois, nesse refinamento que reside a riqueza dessa relação, uma vez que é a natureza multifacetada do contexto comunicativo que a dêixis nos ajuda a entender.

A assunção de uma relação mais sofisticada entre dêixis e contexto nos leva, pois, ao compromisso de buscar responder como o estudo das expressões dêiticas nos ajuda a entender os processos de construção contextual. Assumido, pois, esse compromisso, apresentamos como premissas básicas deste trabalho que:

(1) O contexto é formado por diferentes planos de atenção, hierarquizados por ordem de importância comunicativa.

(2) O contexto a partir do qual se dá o cálculo da referência dêitica tem por base a situação comunicativa imediata, da qual pode projetar-se em outros domínios simbólicos, configurados como espaços mentais.

4.2- Quadro hipotético

4.2.1- Hipótese geral

Postulamos a **especialização da função “mostrativa” ou “indicativa” das expressões dêiticas, que se processa na interação não apenas como**

forma de chamar a atenção sobre um determinado objeto²⁸, mas também como um meio de se fazer ver em que plano da atenção esse objeto está inserido. Estamos assumindo que a escolha de determinadas expressões dêiticas permite que se determine se, num determinado evento de compartilhamento de atenção, os objetos focalizados ocupam o plano primário ou o plano secundário da atenção.

Tal assunção nos permite retomar o compromisso – firmado na seção 4.1.1 – de investigar de que forma a dêixis nos ajuda a entender o contexto. Assim interessa-nos não apenas o fato de a dêixis apontar para os elementos que constituem o contexto, mas também o fato dela sinalizar a forma como esses elementos se organizam na interação, a partir, por exemplo, do estabelecimento de relações de proximidade ou distância. **Consideremos, pois, ser a dêixis uma instrução que, além de direcionar a atenção dos interlocutores para focalizar o referente, também orienta em que perspectiva esse referente deve ser identificado.** Tais considerações nos levam, assim, a formular nossa hipótese geral:

(HG): As expressões dêiticas são operadoras de focalização em domínios conceptuais produzidos no fluxo discursivo.
--

4.2.2- Hipóteses específicas

Buscaremos provar em nossa análise que os dêiticos espaciais configuram a cena comunicativa, isto é, através da escolha de uma ou de outra expressão

²⁸ Entenda-se aqui o termo objeto quer como um objeto de natureza física quer como uma idéia, uma opinião, uma experiência, um “lugar” no fluxo do discurso que se queira ressaltar, colocar em evidência.

dêitica, sinalizamos a posição ocupada pelos diversos integrantes da cena – pessoas, objetos, eventos – e ainda sinalizamos em que domínios devem ser identificados.

De um modo geral, os manuais de análise gramatical tratam essas expressões como meros circunstanciadores de espaço físico, mas, conforme discutimos nos exemplos apresentados na seção 4.1.1, a referência dêitica, definitivamente, ultrapassa o plano físico-perceptual, devendo ser tratada como um fenômeno muito mais complexo em que estão envolvidas operações de projeção entre vários domínios, entre os quais se encontra, também, e não exclusivamente, o domínio físico-espacial.

Para melhor entendermos de que maneira isso se dá, analisemos o seguinte exemplo, transcrito de um texto publicitário que circulou na revista Veja, próximo às festas de fim de ano.

Cartões comemorativos. O Natal tá **aí**.

E o seu cartão de Natal tá **aqui**

www.paralela.com.br

mulher com algo mais

Embora as cenas de compartilhamento da atenção canônicas sejam aquelas que envolvem a interação face a face, em se tratando de um texto publicitário, é possível evocar três elementos básicos da cena comercial – o possível comprador (no caso em questão, o leitor), o vendedor (aqui representado metonimicamente pelo site na Internet que comercializa o produto) e o produto comercializado – que por sua vez correspondem aos três elementos que formam o triângulo referencial: falante, ouvinte e objeto focado.

Os eventos de socialização da atenção, no entanto, não ocorrem no vácuo, mas contextualizados por outros eventos que lhes servem de fundo. Tal fato evidencia que, muitas vezes, uma configuração triangular²⁹ não é capaz de representar toda a complexidade do fenômeno. O exemplo acima nos mostra que, na verdade, uma configuração quadrangular seria mais viável, uma vez que a cena comercial encontra-se, nesse caso, contextualizada pelo evento natalino. O Natal também faz parte da atenção dos interlocutores, mas como elemento secundário, uma vez que o que de fato interessa ao locutor é a negociação de cartões de Natal como objeto focal.

Para melhor negociação do objeto, o locutor evoca na lembrança do interlocutor o evento natalino, como quem diz “está na hora de comprar cartões de Natal”. Observemos ainda que, estrategicamente, não é qualquer cartão de Natal que se apresenta, mas “o seu cartão de Natal”, como se se tratasse de um objeto já conhecido e desejado, “aquele pelo qual o leitor estava procurando”.

A escolha de dois diferentes dêiticos espaciais não pode ser, assim, considerada gratuita, mas fortemente determinada pela organização que o autor do texto deseja dar ao evento comunicativo; ou seja, **a escolha dos dêiticos revela em que perspectiva o Natal e os cartões são negociados na cena.**

O comportamento diferente dos dêiticos utilizados nos permite observar que, ao longo do processamento discursivo, o falante pode lançar mão de diferentes estratégias de orientação atencional. No exemplo em questão, enquanto o dêitico aí **“arma” a atenção do interlocutor** para um evento futuro,

²⁹ Damos como suposto o fato de toda configuração ser múltipla. No caso da identificação do TRIÂNGULO DÊITICO, estamos caracterizando apenas a CONFIGURAÇÃO MÍNIMA.

evocando uma série de elementos que fazem parte do enquadre festas natalinas (compra de presentes, de enfeites, de produtos alimentícios, envio de cartões, etc.), o dêitico aqui **promove o fechamento do triângulo referencial**, apontando o que se deseja negociar como objeto focal principal.

Devemos ressaltar ainda que o exemplo acima evidencia a inviabilidade de uma análise pautada apenas nas relações de distanciamento e proximidade estabelecidas no contexto físico-espacial. Somente uma representação das projeções metafóricas do ESPAÇO em TEMPO e do TEMPO em DISCURSO reflete todo o alcance das expressões dêiticas como elementos organizadores do contexto interativo.

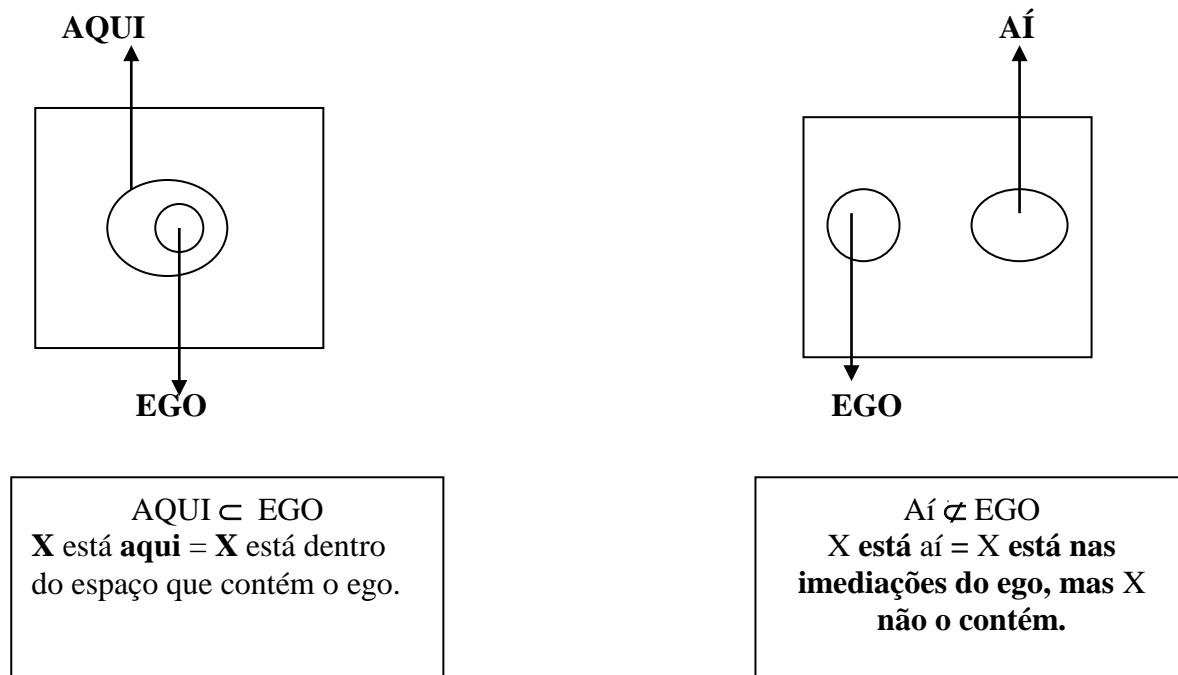
Assim se no DOMÍNIO ESPACIAL, canonicamente entendido, os dêiticos aqui e aí sinalizam as relações de proximidade e distância entre o EGO e o OBJETO, no DOMÍNIO TEMPORAL o dêitico aí situa o Natal como evento futuro. Embora relativamente próximo, o Natal situa-se posteriormente ao momento da comunicação verbal: o dêitico aí **exclui** o Natal do tempo/espço ocupado pelo ego.

O cartão de Natal, ao contrário, é um elemento que já se encontra disponível, é presente ou co-presente em relação ao ego. Estabelece-se entre ele e o ego uma relação de simultaneidade: O dêitico aqui **inclui** o cartão no tempo/espço ocupado pelo ego³⁰.

Já no DOMÍNIO DISCURSIVO, o Natal é negociado como evento situado no segundo plano da atenção: aí fornece a subfocalização do evento

³⁰ Para Lyons (1977:699), por exemplo, “X is here” (X está aqui) deve ser interpretado como “X está dentro do espaço que contém o *ego*”.

natalino. O cartão de Natal, no entanto, é negociado como objeto situado no primeiro plano da atenção: aqui fornece a focalização do cartão de Natal. O diagrama abaixo representa a relação entre os dêiticos espaciais aqui e aí e o EGO:

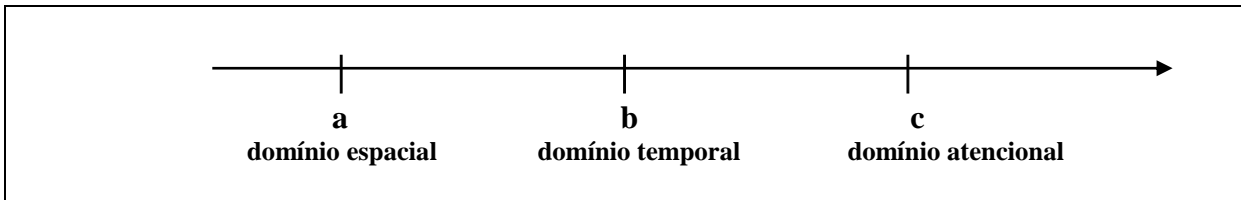


No exemplo em questão, o dêitico aqui assinala o espaço de MÁXIMA RELEVÂNCIA perceptual, que transpõe metaforicamente a proximidade física do EGO; dessa forma, seja no domínio físico, no temporal ou no discursivo, o espaço que contém o ego é o espaço foco da atenção principal. Lembremos que, numa situação de interação face a face, espera-se que “quem fala” seja o FOCO DA ATENÇÃO, inclusive de ATENÇÃO VISUAL.

O que há de interessante e inovador no exemplo destacado é que – assim como podemos pensar o TEMPO ou o DISCURSO em termos de ESPAÇO –

podemos, também, usar noções espaciais para organizar os eventos no CAMPO ATENCIONAL, como ilustra, por exemplo, o provérbio popular “Longe dos olhos, longe do coração”, segundo o qual aquilo que está distante do plano das experiências físicas, palpáveis, acaba se tornando distante do plano das experiências cognitivas.

Dessa forma as escolhas dos dêiticos espaciais feitas pelos falantes sinalizam não apenas as relações de distância e proximidade no campo físico, mas revelam o status que se deseja reivindicar para os objetos/eventos no campo atencional. Dêiticos que marcam o distanciamento em relação ao ego podem ser, assim, utilizados para orientar a atenção dos participantes para um domínio afastado no espaço, no tempo e na atenção. É possível, assim, traçar a direção da irradiação metafórica do plano físico ao atencional da seguinte forma:



O comportamento das expressões dêiticas como sinalizadoras de intenções discursivas leva-nos, assim, a formular as seguintes hipóteses:

(H1): O uso dos dêiticos aqui e aí permite que os objetos focalizados na cena comunicativa sejam organizados em diferentes planos de atenção.

(H2): O dêitico aqui pode ser usado como principal operador da focalização, orientando a atenção dos interlocutores para o enquadre que se deseja compartilhar como objeto/evento primário da atenção na cena comunicativa.

H3): O dêitico aí pode orientar a atenção dos interlocutores, indicando qual objeto/evento deseja-se compartilhar como segundo plano da atenção dentro da cena comunicativa e/ou preparando a atenção do interlocutor para o que se pretende negociar como objeto/evento focal futuro.

4.3 - O *corpus*

O *corpus* analisado pertence ao projeto “**O processo da leitura na formação de professores para a escola fundamental – Pró-Leitura-SEE/MG-NUPEL/UFJF**”. Esse projeto de capacitação docente é constituído, em geral, por professores-formadores que atuam no ensino superior e por professores do ensino fundamental de escolas públicas. O *corpus* foi obtido mediante a gravação em fita K7 e posterior transcrição dos encontros semanais entre professor-formador (PF) e demais professores integrantes do projeto, com o devido consentimento destes últimos.

É importante salientar que o *corpus* em questão não é o de uma conversação espontânea. Embora o direito à palavra seja dado a todos, estamos diante de uma situação de papéis bem definidos, em que cabe ao formador o encaminhamento das questões a serem discutidas ou, mais especificamente, a direção dos encontros. Tal assimetria se revela, de antemão, no *status* atribuído a cada um dos papéis representados: o representante do saber acadêmico – e por isso mesmo autorizado – de um lado e os demais professores de outro.

Por outro lado, as próprias concepções teóricas que orientam a ação do professor-formador no projeto desenvolvido levam-no a rareficar o poder que

lhe é conferido pelo papel que representa, fazendo emergir um tipo de interação caracterizada pela mescla entre duas situações de comunicação distintas: a reunião pedagógica e a conversa espontânea (cf. Salomão 1999).

É significativa a ocorrência de dêiticos espaciais no *corpus* analisado, em especial, a dos dêiticos aqui e aí. Eles atuam tanto exercendo a sua função de marcadores espaciais canônicos como a função de operadores de focalização nos termos já discutidos nas seções anteriores. O recorte feito no *corpus* teve como objetivo a escolha de exemplos que evidenciassem, principalmente, essa última função, uma vez que era de nosso interesse analisar o comportamento desses itens lingüísticos em situação de comunicação face a face. O *corpus* pesquisado interessa-nos, assim, por conter especificidades que o constituem uma arena fértil de eventos de negociação da atenção.

4.4- Especialização funcional dos dêiticos espaciais aqui e aí como operadores de focalização

Como operadores de focalização, os dêiticos espaciais apresentam diferentes funções na cena comunicativa. Nossa pesquisa destaca duas dessas funções, a saber: a **sinalização do objeto ou do evento** que se deseja eleger como foco principal ou foco secundário da atenção compartilhada e a **focalização da própria cena de compartilhamento da atenção.**

Essas duas funções, identificadas em nossa pesquisa, revelam o importante papel da dêixis na configuração do contexto interativo ao mostrar que a orientação da atenção pelos dêiticos opera em dois níveis distintos: **na**

identificação do referente focal e no seu enquadramento em diferentes domínios.

Para melhor entendermos o comportamento desses itens lingüísticos na organização do contexto comunicativo nesses dois níveis, não podemos perder de vista que a orientação da atenção, ao longo do fluxo discursivo, suscita uma série de operações cognitivas que incluem interessantes processos de projeção entre domínios conceptuais, fenômeno que passamos a discutir a partir da análise dos episódios 1 e 2 abaixo transcritos.

Episódio 1: fragmento recortado da reunião do dia 14 de novembro de 1996

Contexto: neste episódio, ocorre a negociação de dois diferentes tópicos discursivos: (1) a continuidade de um trabalho corrente: a análise de um texto narrativo, tratado pelos participantes como “a história do Pedro o Louco” e (2) o desenvolvimento de um novo trabalho: a discussão de um livro de literatura infantil. O tópico (1) é parte da agenda do encontro em questão e o tópico (2) é uma demanda do grupo de professores, surgida em determinado momento das discussões.

(...)

T01- **PF:** bom muito bem gente vamo vê se a gente/ nós temos ainda quantas horas **aí** no relógio’ quarenta minutos nós temos’

T02- **E:** isso

T03- **PF:** vamo tenta fechá então esse trabalho do Pedro o Louco não é’ e depois a gente vai vendo o que vocês é: falaram na possibilidade de trabalhar com livro de literatura infantil (+) mas aí era preciso que vocês me sugerissem um título (+) acho que vocês não tiveram tempo de pensa nisso né’(+)

T04- **G:** mas aí seria bom a gente escolher em conjunto porque eu tenho um/ eu não sei se seria interessante

T05- **PF:** se dé tempo de você dá uma olhadinha **aí**

T06- **G:** ... do Guimarães

T07- **PF:**... essa semana que vem, aí você me entregava na próxima semana me falava e eu preparava

T08- **G:** é que eu não sei se vai ser interessante pras meninas e ce dá uma avaliada tá’

T09- **PF:** ... se a gente não dá conta disso vai ficar empurrando (+) vamo vê **aqui** a história do Pedro o Louco (+) tá eu tinha pedido (+) pessoal disse que não

teve tempo então alguém teve tempo se não teve a gente faz junto (+) ta (+) eu tinha pedido pra vocês é::: tentarem foca o texto/ cês tão com o texto **aí**’ (+) esse **aqui** (+) ((tosse)) na perspectiva da história como forma de narrativa né (+)

agora uma coisa que é importante a gente sabê gente (+) a a quando você fala que o texto é predominante narrativo significa que dentro dele os segmentos que o compõem é só constituída de narrações de estruturas narrativas (+) então

ele vai ter elementos de outros de outros tipos de segmentos de discurso (+) então vamo vê (+) é nessa discussão (+) tem um **aí** pra cada um acompanhá pelo menos (+) eu só tenho o meu também (+)

((murmúrios))

T10- **PF:** cadê a **E** hoje’

T11- **LS:** ela tá na reunião da comissão

T12- **PF:** tá então vamo lá (...)

No episódio acima destacado, temos uma grande ocorrência dos dêiticos espaciais aqui e aí³¹. O uso desses itens pelos participantes sinaliza diferentes estratégias de colaboração na negociação de objetos/eventos focais que juntos configuram o contexto interacional em questão.

Inicialmente, destacamos a inviabilidade, para a análise do episódio destacado, quer do tratamento tradicional dado aos advérbios de lugar, presente nos manuais de gramática e para os quais se identifica, geralmente, a função de circunstanciadores do processo verbal, quer das teorias da lingüística textual que floresceram na década de setenta e que apontam dois possíveis contextos referenciais para as relações dêiticas: o contexto de situação imediato e o contexto textual.

Essas teorias, conforme já discutido no capítulo anterior, não nos fornecem instrumental suficiente à análise que nos propomos aqui. Em (T01), por exemplo, não basta dizer que o professor-formador (**F**) utiliza, como ponto de referência para a organização dos objetos no espaço, a situação comunicativa imediata, na qual ele e os demais participantes encontram-se inseridos e que, portanto, temos um caso de referência exofórica, uma vez que o lugar a que se faz referência encontra-se presente no contexto situacional e não no texto. Seguindo esse raciocínio, portanto, a seleção do dêitico aí teria como motivação o fato do objeto referido encontrar-se próximo do ouvinte e não do falante. Entretanto, o que é relevante, no caso em questão, é o fato de o dêitico espacial aí introduzir um contexto amplo (e não pontual) em que se dá a demarcação do perfil temporal da situação, isto é, **a delimitação do CAMPO dentro do qual vai-se operar uma determinada atividade comunicativa coordenada.**

³¹ Serão objeto de nossa análise somente aqueles itens que se encontram em negrito nos episódios destacados. Os demais são **marcadores discursivos**, obviamente relacionados com a análise que aqui postulamos, mas fora do nosso campo principal de interesse (ex.: nos turnos 03, 04, 07).

Observemos, ainda, que a demarcação proposta é validada no turno subsequente pelo participante “E”.

Nos turnos seguintes, evidencia-se ainda mais a fragilidade das teorias mencionadas, visto que as relações de proximidade e distância, estabelecidas pelos dêiticos espaciais selecionados, embora originadas nas experiências vivenciadas no espaço concebido como entidade física, não poderão sempre tomar a situação de comunicação como ponto de ancoragem para o cálculo da referência dêitica.

Por uma questão de clareza, dividiremos o episódio destacado em duas diferentes partes: primeiramente trataremos do comportamento dos dêiticos espaciais na negociação de diferentes objetos atencionais (T03 a T09) e, em seguida, dos diferentes status que um mesmo objeto atencional pode adquirir ao longo do processamento discursivo (T09).

4.4.1- Instanciação de objetos focais distintos em diferentes domínios

Segundo a tradição gramatical, os advérbios e os adjuntos adverbiais de lugar devem responder à pergunta “onde?”. No entanto, se fizermos a pergunta aí onde? ou aqui onde? nos turnos de 03 a 12 nem sempre obteremos como resposta um lugar caracterizado como espaço físico ou textual, uma vez que os dêitico aí e aqui nem sempre nos remetem ao contexto situacional nem tampouco às parcelas anteriores ou posteriores do fluxo discursivo, conforme anteriormente discutido. Logo, para uma análise do caso em questão, é preciso lançar mão de contextos criados através da evocação de domínios epistêmicos,

que transportarão a atenção dos participantes para um espaço/tempo distintos do contexto comunicativo imediato.

Em primeiro lugar é interessante considerarmos a natureza da moldura comunicativa do episódio em questão. No episódio recortado, a negociação dos objetos atencionais é circunscrita em um evento comunicativo bastante peculiar – a reunião pedagógica conversacionalizada³². As concepções teórico-ideológicas que orientam os encontros dos integrantes do projeto permitem que a agenda das reuniões seja formada não apenas por aquilo que o professor-formador determina como relevante, mas também pelas demandas dos demais professores integrantes do grupo. Esse é um dos fatores que abre espaço para negociações que envolvem um jogo bastante complexo de estratégias de condução atencional

Observemos que no decorrer da conversação estabelecida entre os turnos T03 e T09, o professor-formador introduz na cena comunicativa dois diferentes objetos: (1) o trabalho de Pedro o Louco e (2) o trabalho com o livro de literatura. Esses dois objetos, para os quais “PF” orienta a atenção dos interlocutores, possuem valores distintos na cena em questão. O trabalho de Pedro o Louco faz parte de uma agenda pré-estabelecida, constituindo, na verdade, o interesse principal do encontro (pelo menos do ponto de vista do professor-formador). Já o trabalho com o livro de literatura – demanda dos demais participantes – é negociado como agenda futura.

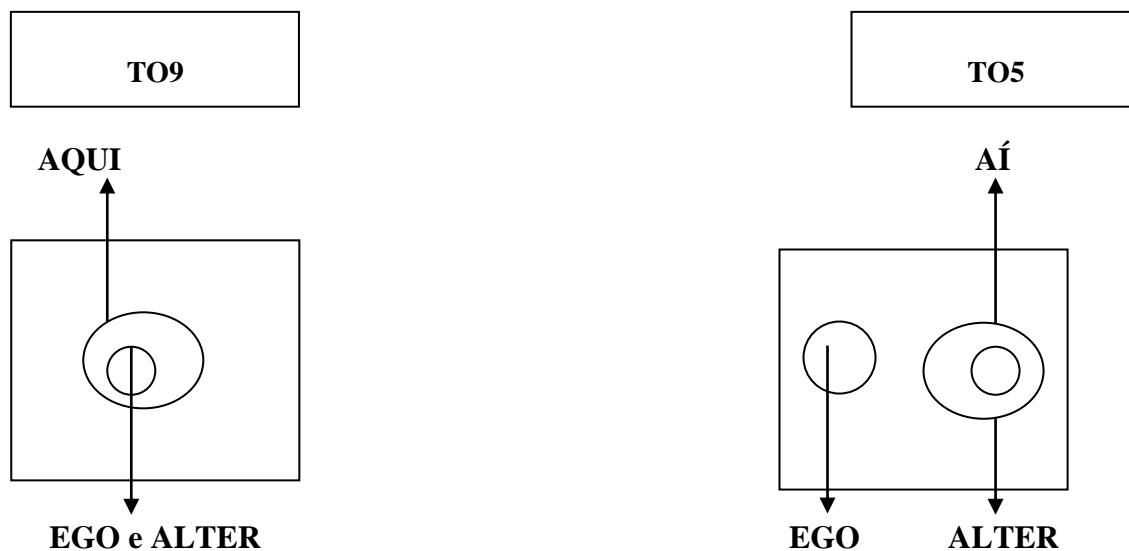
É interessante notar como o uso de diferentes dêiticos espaciais, aliados a outras pistas lingüísticas, revela a hierarquização desses dois objetos no contexto interacional. Isto é, embora ambos os objetos sejam foco da atenção dos

³² Segundo o projeto de MIRANDA (vide SALOMÃO 1999: 68-69), tal evento comunicativo caracteriza-se como espaço-mescla, derivado de dois MCIs fortemente especificados: o de **reunião pedagógica** e o de **conversa espontânea**.

participantes ao longo do fluxo discursivo, fatores de ordem lingüístico-discursiva permitem que eles adquiram um status diferente na configuração da cena: o primeiro é proposto pelo professor-formador como foco de interesse principal e o segundo como foco de interesse secundário.

Observemos, por exemplo, que ao longo dos turnos T03 e T09, o trabalho do Pedro o Louco é referido como evento presente, factual, ao passo que o trabalho com o livro de literatura é enquadrado como evento futuro, possível. Esse caráter de possibilidade é reforçado pelas seguintes pistas lingüísticas: o uso do marcador temporal depois (T03); a escolha de formas verbais do Pretérito Imperfeito, Futuro do Pretérito e do Imperfeito do Subjuntivo, respectivamente: era preciso (T03), entregava, falava e preparava (T07); seria (T04) e der (T05) e o uso do operador condicional se (T05).

O uso dos dêiticos aí (se dá tempo de você dá uma olhadinha **aí**) e aqui (...vamo vê **aqui** a história do Pedro o Louco) nos turnos T05 e T09, respectivamente, também revelam o diferente status reivindicado para os objetos na configuração da cena. Observemos que o item dêítico aí exclui o enunciador como participante da tarefa proposta. Aí se apresenta, nesse caso, como um espaço de definição conceptual reconhecido como dos interlocutores, isto é, não é exatamente sobre **isso** que **eu** quero falar **aqui** e **agora**, ou ainda, essa tarefa é sua e não minha. Dessa forma, “PF” enquadra o evento dar uma olhadinha como tarefa exclusiva do interlocutor, ao contrário do que ocorre em T09, quando “PF” e os demais participantes são enquadrados dentro de um mesmo domínio, aqui.



Esse exemplo vem mostrar que interesses de ordem contextual, localmente negociáveis (intenções comunicativas, estratégias de colaboração, o papel assumido pelos interlocutores, a definição da agenda dos encontros, etc), atuam de forma bastante interessante nos processos de orientação atencional, ajudando a definir sob que perspectiva os objetos e os eventos devem ser considerados.

4.4.2 - Instanciação do mesmo objeto focal em diferentes domínios

A negociação do objeto focal promovida nos turnos de T09 a T12 merece nossa especial atenção, uma vez que as ocorrências dos dêiticos espaciais aqui e aí nos ajudam a entender os diferentes comportamentos adotados pelas expressões dêiticas nos contextos de interação face a face. A esse respeito, duas questões merecem destaque:

- (1) A mudança de status do referente dêitico de objeto temático a objeto físico ao longo do processamento discursivo.
- (2) A caracterização do uso dos dêiticos espaciais como circunstanciadores ou como satélites nominais e suas respectivas funções como operadores de focalização.

Em situações de interação face a face, é comum que os participantes adotem um comportamento colaborativo, que tem como objetivo a criação de um fundo suficientemente provido de informações e experiências comuns que servirão de base para a construção de sentido. O fato de os interlocutores ocuparem o mesmo espaço físico nesse tipo de situação comunicativa permite que estratégias de orientação da atenção sejam acionadas, de tal modo que os participantes podem lançar mão tanto da instrução verbal quanto da gestual para otimizar o acesso ao objeto referido.

A negociação do objeto focal promovida por “PF” em TO9 é bastante ilustrativa desse processo de materialização. Observemos, primeiramente, que o processo de negociação é constituído por dois eventos distintos: a **discussão** do objeto definido como tópico e a **checagem** de posse do objeto. O que ocorre é que, em cada um desses eventos, o objeto possui um status diferente. No momento em que o objeto focal é definido como tópico e passa a ser discutido (“...vamo vê **aqui** a história do Pedro o Louco”), ele se configura como entidade conceptual, como revela, aliás, a escolha do falante pelo termo história. Logo em seguida, esse evento é momentaneamente suspenso para dar espaço ao evento checagem (“... cês tão com o texto **aí** (+) esse **aqui** (+)”), quando o objeto focal configura-se como texto físico.

Embora não se tenha a gravação em vídeo da cena em questão – o que nos forneceria instrumentos bastante interessantes para uma análise mais refinada da passagem dos objetos de um domínio a outro – as especificidades da situação comunicativa nos fornecem pistas suficientes de como os interlocutores interferem no processamento discursivo. Assim quer algum participante tenha dado sinais de dificuldade na identificação do referente, quer o falante tenha apenas antecipado essa possibilidade, a decisão de “PF” em promover o compartilhamento do mesmo objeto em diferentes planos da atenção – o conceptual e o físico – ilustra a tendência que os objetos conceptuais têm de se “materializarem” na cena comunicativa, como forma de garantir uma maior eficiência no processo comunicativo.

Em termos de representação conceptual, podemos dizer que “os textos que o professor-formador deseja que os participantes tenham nas mãos” são instâncias do objeto focalizado. É possível analisar esse fenômeno lançando mão da relação papel/ valor (role/value, nos termos de FAUCONNIER 1984 e 1994).

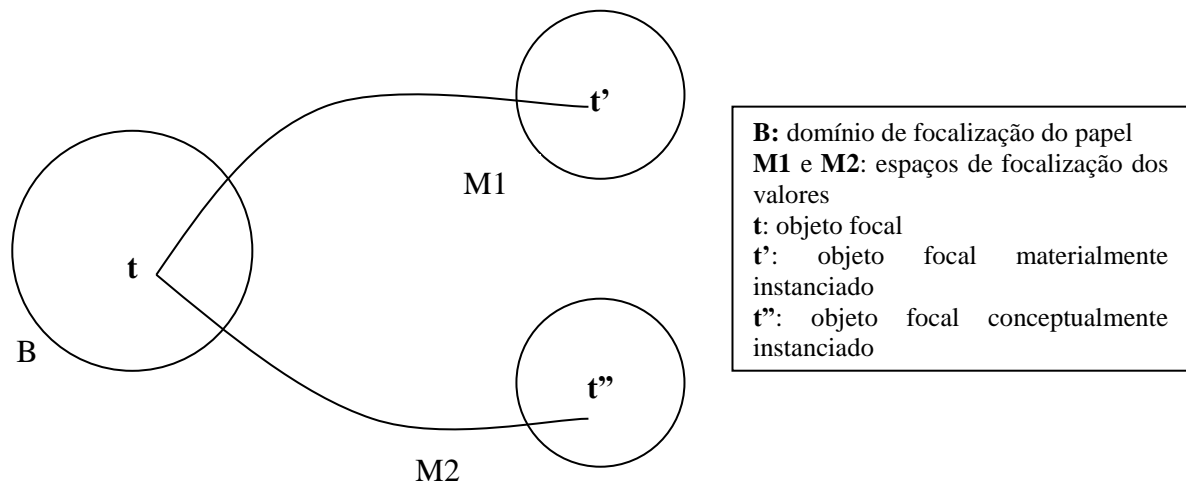
Em T09, o tópico discursivo “história do Pedro o Louco” é o objeto atencional validado como foco principal, após os processos de negociação já discutidos. O professor-formador localiza esse objeto, ao longo do fluxo discursivo delimitado em T09, em diferentes domínios. O objeto focal é, pois, o **papel** que ganha diferentes **valores**: o de entidade conceptual – o texto que será discutido, analisado – e o de entidade material – o texto físico que os participantes podem ter nas mãos para acompanhar as discussões.

Observemos, por exemplo, duas ocorrências da expressão definida “o texto” em T09:

(1) “... cês tão com o *texto aí*?”

(2) “... quando você fala que *o texto* é predominantemente narrativo significa ...”

A expressão definida identifica o mesmo papel nas proposições 1 e 2, mas não o mesmo valor. O **papel (t)**, sob a forma da descrição definida o texto, tem diferentes **valores (t' e t'')** em diferentes espaços mentais, que são evocados ao longo do processamento discursivo, ou seja, a propriedade do papel é a mesma, mas não a propriedade dos valores instanciados, conforme representado no diagrama abaixo:



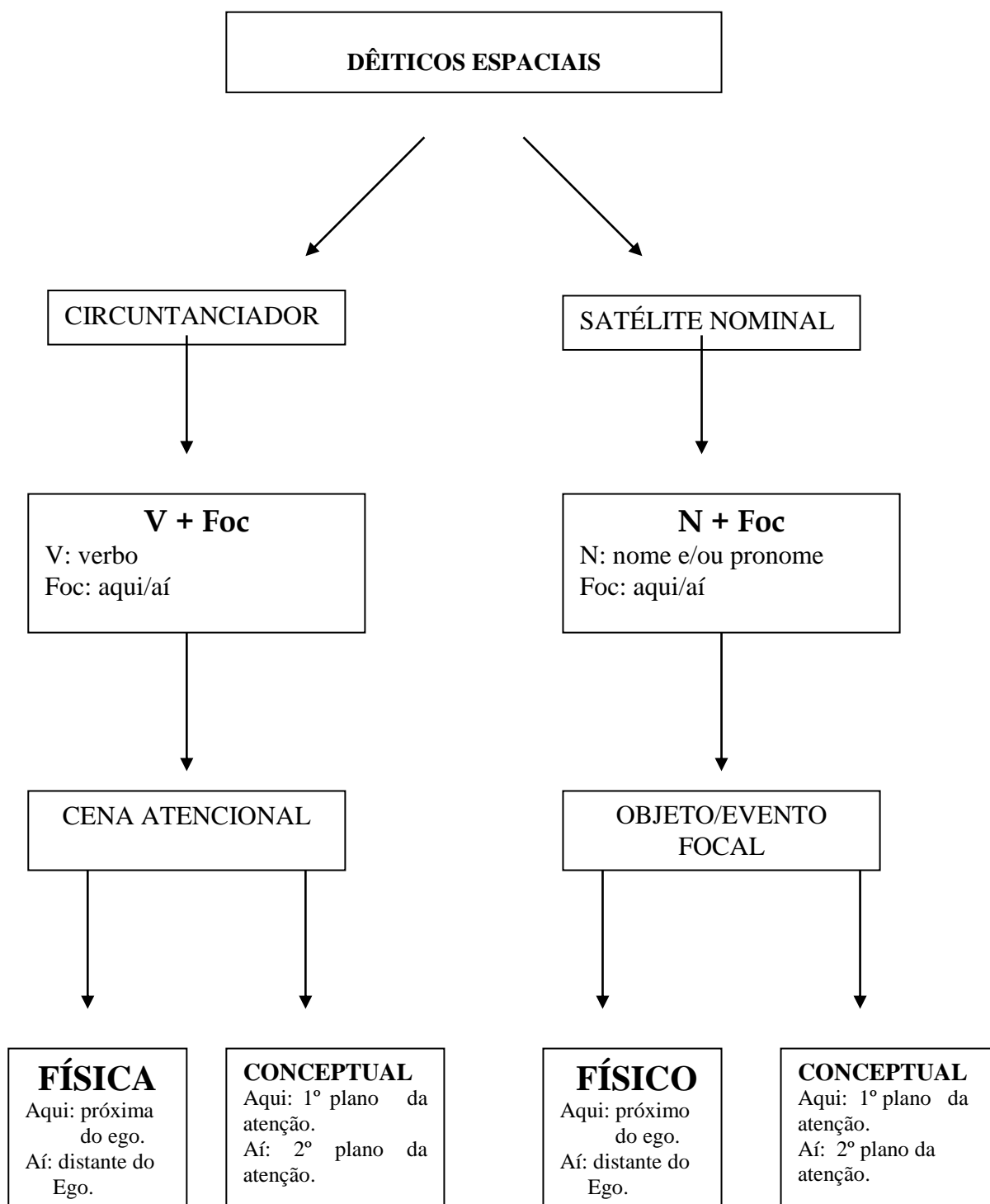
Resta-nos ainda verificar como as expressões dêiticas usadas nesse processo orientam a atenção dos participantes de um domínio a outro. Em primeiro lugar, devemos observar que existe uma especialização da função dos dêiticos como operadores de focalização e, em segundo, que essa especialização se manifesta, gramaticalmente, através de dois diferentes usos. Como operadores de focalização (Foc.), os dêiticos espaciais podem caracterizar-se como **circunstanciadores**, quando fazem parte da estrutura de um Sintagma Verbal

(V + Foc), e como **satélites nominais**, quando fazem parte da estrutura de um Sintagma Nominal (N + Foc).

Como **circunstanciadores**, os dêiticos espaciais aqui e aí têm como função **focalizar a cena de compartilhamento da atenção** quer no domínio físico, quer no conceptual. A escolha pelo dêitico proximal (aqui) ou pelo dêitico distal (aí) será determinada por motivações contextuais, sendo que o primeiro possui um escopo mais local (ou mais focal) e o segundo, um escopo mais regional (ou mais difuso).

Quando os dêiticos espaciais aqui e aí se caracterizam gramaticalmente como **satélites nominais**, sua função é a de **marcar o objeto ou evento focais**, promovendo, assim, o fechamento do triângulo referencial e maximizando a identificação do referente na cena atencional. Escolhas contextualmente motivadas determinam a seleção do dêitico aqui – quando se deseja orientar a atenção dos participantes para um objeto próximo (ou que se localiza num determinado espaço que contém o EGO) – ou do dêitico aí, quando se deseja orientar a atenção para um objeto distante (ou que se localiza num espaço que não contém o EGO, embora possa estar nas suas imediações). Lembramos que o Princípio da Invariância, previsto nas projeções metafóricas, permite que as relações de proximidade e distância sejam preservadas quer a orientação atencional seja negociada no plano físico, quer no conceptual.

O diagrama abaixo mostra de forma simplificada o desdobramento funcional dos dêiticos espaciais como operadores de focalização:



Analisando os dêiticos espaciais em T09, verificamos que há duas ocorrências do dêitico aqui e duas do dêitico aí, que passamos a tratar por aqui₁ e aqui₂; aí₁ e aí₂. Aqui₁ e aqui₂ apresentam comportamentos gramaticais

distintos, que correspondem à especialização funcional desse item dêitico como operador de focalização.

O primeiro (vamo vê **aqui** a história do Pedro o louco) é um **circunstanciador** que acumula, em T09, as seguintes funções: focalização da cena atencional; reintrodução do espaço factual; retomada do tópico discursivo. O segundo (esse **aqui**) é um satélite nominal que tem como função, na cena em questão, a especificação do referente, “o texto”, de modo a não deixar dúvidas quanto à sua correta identificação como objeto focal.

Já os dêiticos $aí_1$ (cês tão com o texto **aí**) e $aí_2$ (tem um **aí** pra cada um acompanhá pelo menos) são ambos circunstanciadores e possuem a função de focalizadores da cena atencional. Visto que o dêitico $aí$ estabelece uma relação de distância em relação ao ego, é possível que se pergunte por que o falante optou pelo uso desse dêitico para focalizar a cena atencional. É preciso, no entanto, considerar que no caso em questão o domínio relevado é o da cena física, na qual valem as relações canônicas de proximidade e distância, ou seja, o dêitico $aqui$ sinaliza proximidade e o dêitico $aí$, distanciamento, em relação ego. Observemos que o professor-formador faz escolhas diferentes, conforme localiza o referente, “o texto”, próximo de si (“esse aqui”) ou distante de si (“cês tão com o texto $aí$?”/ tem um $aí$ pra cada um?).

A análise do episódio 2, transcrito abaixo, reforça substancialmente as questões que acabamos de discutir: **as relações de contraposição referencial marcadas pelas expressões dêiticas.**

Episódio 2: fragmento recortado do encontro do dia 04 de junho de 1997

Contexto: seguindo orientações do encontro anterior, ocorrido no dia 20 de maio de 1997, um dos professores integrantes do projeto (B) inicia a descrição de uma atividade desenvolvida sem a orientação do formador (PF).

T01:B- ...a parte dele de produção de texto é muito boa/

T02: PF-sei

T03: B- apesar de que na parte da gramática não não estamos seguindo como ele está dando não por que ele dá um pedacinho aqui (+) outro pedacinho lá depois lá na frente ele vai dar outro pedaço (+) então nessa parte a gente tá trabalhando diferente nós estamos agrupando de acordo com o que a gente acha melhor de trabalhar e **isso aqui** é produção de texto (+)

T04: PF- tem cópias” uma cópia para ca/

T05: B- não (+) não tem não (+) **isso daqui** é um exemplo (+) **isso daqui** são cópias que a gente tirou dentro da nossa cota que dá para a gente xerocar para todo mundo

T06: PF- mas não tem mais para ver agora **aí**’

T07: B- não (+) tem para ver (+) eu posso passá

T08: PF- só pro pessoal acompanhá a discussão

T09: W- depois nós devolvemos

T10:B- e junto com/

T11: W- (incompreensível) (risos)

T12: B- junto com essas figuras nós fazemos um direcionamento aqui para que a criança possa fazer é a construção que dizer não dado a figurinha no início tem um direcionamento até que a gente possa chegar para que a criança possa construir totalmente sozinha o texto

T13: então **isso daqui** é uma atividade de produção de texto”

T14: B- é uma atividade de produção de texto’ certo

T15: PF- tem mais folha **aí**”

T16:B- tenho agora **essa parte aqui**

T17: PF- dessa mesmo dessa mesmo “B” mimeografada

T18: W- (risos)

T19: B- tem dessa

T20:PF- só pra a gente acompanhá (+) pode pará de ficá pão duro **aí**

T21: B- não eu achei que tivesse acabado

T22:PF: não

T23: N- não filhinha não (+) não deu para ninguém

T24: W- não' falta só pra a "N" só

T25: N- obrigada

(...)

Em atividades de interação face a face, existem certas regras, estabelecidas *a priori* e também ao longo da atividade comunicativa, que definem a moldura do evento em questão. A desobediência a qualquer uma dessas regras pelos participantes pode causar confusões, mal-entendidos, enfim, conflitos de diversas naturezas. O episódio acima ilustra de que forma o estabelecimento de um determinado objeto focal como tópico discursivo pode ser prejudicado pela falta de consenso entre os participantes do enquadramento da atividade em questão.

Diferentemente do episódio anterior, em que ocorre uma negociação pela determinação do tópico discursivo, o novo tópico proposto por "B" em T03 ("e isso *aqui* é produção de texto") é prontamente aceito pelo professor-formador e pelos demais professores, como demonstram os turnos subsequentes. Temos, portanto, **a validação de um mesmo objeto focal pelos participantes**: o trabalho de produção de texto, que será exposto por "B" e discutido pelos demais professores. Não obstante se estabelece uma disputa pela atenção entre duas atividades concorrentes: a exposição que cabe a "B" fazer e a distribuição do material gráfico de suporte a essa exposição. Cada uma dessas atividades caracteriza-se como diferentes domínios de ação, dentro dos quais o objeto focal (**papel**, nos termos já estudados) assumirá diferentes **valores**. A *distribuição de cópias* faz parte do **domínio físico** e a *discussão do trabalho* faz parte do **domínio conceptual**, ligados entre si por uma relação metonímica.

Tal negociação ocorre, uma vez que “B” parece ignorar uma das regras desse tipo de evento comunicativo: o compartilhamento do objeto focal, como entidade física (cópias do trabalho a ser discutido), deve preceder o compartilhamento do objeto como entidade conceptual (trabalho a ser discutido). Ciente do rompimento dessa regra, e investido de sua autoridade de formador, “PF” promove o reordenamento das ações. Isso não significa, entretanto, que “PF” desconheça que, apesar de ser atividade precedente, a *distribuição de cópias* faça parte do fluxo subfocalizado de atenção, diferentemente da *discussão do trabalho*, que constitui o núcleo atencional do encontro, segundo a organização social do evento.

É interessante notar, neste episódio, como os dêiticos espaciais selecionados pelo formador sinalizam o diferente enquadramento da situação comunicativa em andamento. O uso discriminado dos dêiticos espaciais *aqui* e *aí* por “PF” marca as diferentes instanciações do objeto focal e a configuração da cena em dois planos atencionais. A *distribuição de cópias* é, dessa forma, ancorada pelo dêitico *aí* (plano subfocalizado da atenção) e a referência ao objeto focal principal, *a produção de texto*, é ancorada pelo dêitico *aqui*, conforme esquematizado no quadro abaixo:

Turno	Caracterização do Objeto	Domínio Relevado	Fluxo Atencional
T06	(cópias)	Físico	subfocalizado
T13	Produção de texto	conceptual	focalizado
T 15	Folha	Físico	subfocalizado
T20	_____	Físico	subfocalizado

Por outro lado, nos turnos T03 e T05, a participante “B” seleciona sempre o mesmo dêitico espacial *aqui* para designar o objeto focal, referido quer como entidade conceptual (“isso *daqui* é produção de texto” T03), quer como entidade física (“isso *aqui* são cópias” T05). Determinar as motivações que levaram a participante a adotar esse comportamento não é tarefa fácil. Nossa intuição e o comportamento das expressões dêiticas em situações anteriormente analisadas nos apontam dois caminhos que não são, necessariamente, excludentes.

O primeiro nos leva a pensar que, sendo “B” a “possuidora” do objeto a ser compartilhado, sob qualquer um dos valores assumidos, a localização desse objeto, em qualquer um dos domínios relevados, inclui “B” em seu escopo, o que motiva o uso do dêitico *aqui*. O segundo nos faz pensar que a dificuldade de “B” em distinguir as fases de organização do evento (*distribuição de cópias e discussão do trabalho*, nessa ordem) leva “B” a tratar as contrapartes como se integrassem o mesmo plano atencional ou mesmo constituíssem uma entidade única.

Nos dois episódios analisados evidencia-se o fato das cenas de compartilhamento da atenção serem enquadramentos determinados intencionalmente, mas também conjuntamente definidos através de estratégias de orientação mútua e, sobretudo, de colaboração constante.

Nossos dados também ilustram que a compreensão dos papéis representados influencia a negociação dos objetos e/ou eventos focais. A figura do formador, como mediador autorizado das relações do grupo, fica bastante clara no primeiro episódio – cabe a ele a manutenção da agenda pré-determinada – e, também, no segundo, uma vez que é ele quem procede à

reorganização do evento e, ao fazê-lo, lança mão da sinalização dêitica para distinguir e hierarquizar os planos de atenção.

5- Conclusão

Este trabalho dedicou-se ao estudo da distribuição da atenção, a partir da marcação dêitica do contexto interativo. Para tanto, buscamos apoio nas abordagens lingüísticas de orientação sociocognitiva.

Convictos de que a coordenação das ações humana é ponto central de semiologização do contexto, optamos pela análise de dados provenientes de situações colhidas de exemplos do cotidiano, bem como de situações reais de interação face a face: dois episódios recortados de reuniões profissionais (encontros entre professores para discussão de sua prática pedagógica).

Duas questões nortearam nossa investigação: buscamos compreender de que forma a dêixis contribui para a configuração do contexto interativo e procuramos responder o que a escolha de determinado item dêitico, em detrimento de outro, pode sinalizar aos participantes da situação.

Em relação à primeira questão levantada, nossas análises contribuíram para confirmar a inviabilidade de estudos pautados numa visão estática do contexto interativo. Vimos que as relações estabelecidas entre as expressões dêiticas e o contexto comunicativo ultrapassam os limites do espaço considerado como entidade física e que são inúmeras as situações que evocam domínios acessíveis apenas através de operações de projeção.

Na verdade, fica claro que o domínio físico é apenas um entre as muitas possibilidades de ancoramento dêitico. Numa dada situação comunicativa, os

participantes estão, o tempo todo, envolvendo-se em estratégias de orientação da atenção que os levam a transitarem de um domínio a outro ao longo do processamento discursivo. Esse fato mostra que, para haver interpretação, não basta aos interlocutores partilharem o mesmo campo perceptual, mas também é necessário o compartilhamento de uma série de conhecimentos – que vão desde o conhecimento enciclopédico até as regras de conduta em sociedade – que juntos formam o solo de suas relações interpessoais.

Vimos, na análise do segundo episódio, que a desobediência de um dos participantes às rotinas de organização de reuniões interfere em seu bom andamento: o desacordo no enquadramento da atividade em questão gera uma série de negociações que retardam o tratamento do evento focal.

Verificou-se também nas análises feitas que as relações estabelecidas entre os itens dêiticos e o fundo indexical que lhes serve de contexto são mantidas, respeitando-se para isso o *princípio da invariância*, que permite a migração de informações de um domínio a outro, de modo que as relações de proximidade e distância estabelecidas no espaço das experiências físicas mantêm-se no espaço das experiências discursivas. Dessa forma, as operações de orientação atencional em que os indivíduos se engajam suscitam uma rede de domínios que são focalizados ao longo do processo interacional, dependendo das intenções comunicativas dos participantes.

Em relação à segunda questão levantada, verificamos que os dêiticos espaciais podem assumir a função de operadores de focalização, desempenhando um importante papel nos processos de distribuição da atenção. Vimos que os dêiticos *aqui* e *aí* fornecem a configuração da cena comunicativa, podendo, inclusive, sinalizar a hierarquização de objetos e eventos no campo atencional

dos participantes. A respeito do comportamento desses dois itens dêiticos, nossa pesquisa verificou que:

- (1) Por conter o EGO em seu escopo, o dêitico *aqui* assinala o espaço de máxima relevância perceptual, discursiva ou conceptual, inserindo o elemento indexado no plano principal da atenção.
- (2) O dêitico *aí* sinaliza objetos e eventos que desejamos enquadrar no plano secundário da atenção ou, ainda, incluir em uma espécie de *reserva atencional*.
- (3) Os dêiticos espaciais *aqui* e *aí* acumulam funções como operadores de focalização: a sinalização de objeto ou evento focais e a focalização da própria cena de atenção compartilhada. No primeiro caso, caracterizam-se como *satélites nominais*, promovendo o fechamento do triângulo referencial e maximizando a identificação dos objetos referidos; no segundo caso, caracterizam-se como *circunstanciadores*.

Ressaltamos, ainda, o fato de os dois episódios aqui analisados não esgotarem os diferentes usos que a escolha dos dêiticos *aqui* e *aí* sinalizam. A tarefa de definir as motivações contextuais que levam os falantes à escolha de um ou de outro dêitico espacial nem sempre é fácil e, muitas vezes, nem mesmo exequível, uma vez que pode faltar ao pesquisador o controle necessário das condições de produção da cena comunicativa analisada. No entanto, esperamos ter podido contribuir com os estudos dos processos de orientação atencional, principalmente, àqueles que se dedicam ao papel da instrução lingüístico-discursiva nos processos de enquadramento das cenas comunicativas.

Bibliografia

- BOMFIM, E. 1988. **Advérbios**. São Paulo: Ática
- CEGALLA, D. P. 1981. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CLARK, H. 1992. **Arenas of language use**. Chicago: The University of Chicago Press.
- CLARK, H. 1996. *Communities, commonalities and communication*. In: GUMPERZ, J. & LEVINSON, S. (eds) **Rethinking linguistic relativity**. pp. 324-355. Cambridge: Cambridge University Press.
- DURANTI, A. & GOODWIN, C. (eds). 1992. **Rethinking context: language as an interactive phenomenon**. Cambridge: Cambridge University Press.
- DURANTI, A. 1992. *Language in context: the Samoan respect vocabulary*. In: DURANTI, A. & C. GOODWIN (eds) op.cit. pp. 77-99.
- FARIA, I. H., PEDRO, E. R., DUARTE, I. & GOUVEIA, C. A. M. (orgs.). 1996. **Introdução à Lingüística Geral e Portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho.
- FAUCONNIER, G. 1984. **Espaces mentaux**. Paris: Minuit
- FAUCONNIER, G. 1994. **Mental spaces**. Cambridge: Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, G. & E. SWEETSER (eds). 1996. **Space worlds and grammar**. Chicago and London: University of Chicago Press.
- FAUCONNIER, G. 1997. **Mappings in thought and language**. Cambridge: Cambridge University Press.
- FILLMORE, C. J. (1971) 1997. **Lectures on deixis**. California: Center for the Study of Language and Information Stanford, California.

- FONSECA, F. 1996. *Dêixis e pragmática lingüística*. In Hub; Faria; Pedro; Duarte at all. op. cit. pp. 437-445.
- FREGE, G. *On sense and reference*. In GEACH, P. & M. Black. **Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege**. Oxford: Blackwell, pp. 52-67
- GOFFMAN, E. (1979) 1998. *Footing*. In: RIBEIRO, B. T. & GARCEZ, P. M (org) **Sociolingüística Interacional: Antropologia, Lingüística e Sociologia em Análise do Discurso**. pp. 70-97. Porto Alegre: AGE Editora.
- GOODWIN, C. & DURANTI, A. 1992. *Rethinking context: an introduction*. In: DURANTI, A. & GOODWIN, C. (eds), op. cit., pp. 1-42.
- HANKS, W. F. 1992. *The indexical ground of deitic reference*. In: DURANTI, A. & GOODWIN, C. (eds), op. cit., pp. 43-76.
- KENDON, A. 1992. *The negotiation of context in face-to-face interaction*. In: DURANTI, A. & GOODWIN, C. (eds), op. cit., pp.323-334.
- KOCH, I. V. 1989. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto
- LAKOFF, G. 1993. *The contemporary theory of metaphor*. In ORTONY, A. (ed) **Metaphor and thought**. Cambridge University Press, 2ª ed. Revista. Pp. 202-251.
- LEVINSON, S. 1983. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press.
- LYONS, J. 1977. **Semantics**. Vol 2. Cambridge: Cambridge University Press.
- MIRANDA, N. S. 1999. *Domínio conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais*. **Veredas** 4 (4): 81-95.
- RUBBA, J. 1996 *Alternate Grounds in the Interpretation of Deictic Expressions*. In: FAUCONNIER & SWEETSER (eds) 1996, op. cit., pp. 227-261

SALOMÃO, M.M.M. 1996. *Espaços Mentais e a gramaticalização das representações espaço-temporais em português*. Projeto Integrado de Pesquisa: Rio de Janeiro/Juiz de Fora.

SALOMÃO, M.M.M. 1997. *Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem*. **Veredas**, 1. (1): 23-39.

SALOMÃO, M.M.M. 1999. *O processo cognitivo da mesclagem na análise lingüística do discurso*. Projeto Integrado de Pesquisa: Rio de Janeiro/Juiz de Fora.

SAUSSURE, F. 1995. 20ª ed. **Curso de Lingüística Geral**. Cultrix: São Paulo.

SWEETSER E. & FAUCONNIER, G. 1996. *Cognitive Links and Domains: Basic Aspects of Mental Space Theory*. In: FAUCONNIER, G. & SWEETSER, E. (eds.)op. Cit., pp.1-28.

TALMY, L. 1996. *The windowing of attention in language*. In: SHIBATNI, M. & THOMPSON, S. (eds.) pp. 235-287.

TOMASELLO, M. 1999. **The cultural origins of human cognition**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.